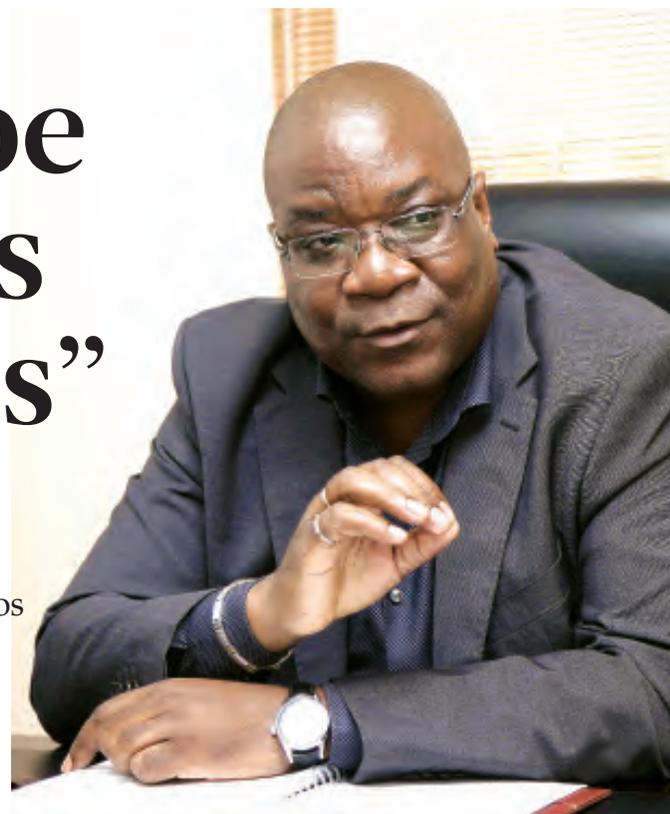


VICTOR LEONEL, PRESIDENTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

“Luanda recebe maus projectos arquitectónicos”

ARQUITECTURA. Presidente da Ordem dos Arquitectos defende que cenário arquitectónico que caracterizava Luanda antigamente continha soluções “mais interessantes”, em termos ambientais e de identidade cultural. E diz que inversão do actual quadro passa também por combate a arquitectos ilegais. Págs. 4 a 6



Mério Mujetes © AE

CONTROLO DECORRE DA APROVAÇÃO DO FATCA

Estados Unidos vigia contas norte-americanas em Angola

FISCO. Decreto presidencial dá conta da aprovação do regime ‘Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA)’, que obriga instituições angolanas a reportarem às autoridades dos Estados Unidos da América contas de cidadãos e empresas norte-americanas em solo angolano. Economista diz, no entanto, que possibilidades de o Governo angolano esperar o mesmo de instituições dos EUA são irrealistas, uma vez que Angola ainda tem “muitas situações por melhorar”. Pág. 15



Ligação Angola-América à espera de licença

Construção do cabo submarino SACS, da Angola Cables, continua à espera de licenças das autoridades nacionais e brasileiras, apurou o VALOR de fonte da empresa. Licenças estão relacionadas com permissão de entrada de navios e pessoas para realização de estudos. Pág. 18



DADOS APRESENTADOS PELA AGT

Tráfico de drogas atinge 20 milhões USD até Dezembro

Passagem de Angola de país de trânsito para mercado de consumo fez disparar número de apreensões de drogas no Aeroporto Internacional ‘4 de Fevereiro’. Até Agosto, conjunto de estupefacientes confiscados estava avaliado em oito milhões de dólares, números que devem evoluir para 20 milhões até fim do ano. Pág. 12

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0)▲ EUR 186,2 Kz (-2,2)▼ LIBRA 218,2 Kz (-1)▼ YUAN 24,9 Kz (-0,1)▼ RAND 11,4 Kz (-0,6)▼

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



SOBRE AS RIQUEZAS

A

acumulação de riqueza a u m e n t o u nos últimos dez anos em Angola, sem qualquer paralelo. Calcula a consultora britânica Knight Frank que, entre 2005 e 2015, o número de angolanos, com pelo menos um milhão de dólares, cresceu 318%, saindo de 1.600 para 6.400 pessoas.

A fiabilidade dos números, desde já, não é necessariamente relevante. Para todos os efeitos, a consultora faz análises especializadas, o que significa que tem informação diferenciada. Dedicar-se à investigação da acumulação e distribuição dos grandes rendimentos pelo mundo, pelo que só é possível confrontá-la com argumentos que se sustentem também em estudos especializados.

Por isso, partamos para o que mais interessa. Desde já, trata-se de uma boa notícia. Pelo simples facto de ser óptimo que haja também angolanos ricos e muito ricos. Em teoria, hoje as economias só se tornam verdadeiramente consolidadas, se alicerçadas também em segmentos da sociedade capazes de criar riqueza. O momento que vivemos hoje será o mais clarificador. Quando o país se abeirou da falência, um dos gritos de socorro mais audíveis



foi claramente dirigido aos detentores de grandes recursos para que investissem mais, em auxílio do Estado. E, apesar do contexto de dificuldades, o que se percebe em termos práticos é exactamente isso. Há casos indelmentáveis de investidores angolanos que não desistem. E outros tantos que decidiram, justamente nesta fase, anunciar a implementação de vários projectos, quando, em sentido contrário, se verifica um resfriamento mais agressivo do capital estrangeiro. Não é apenas o legítimo sentido de oportunidade que estará aqui em jogo. Há também laivos de patriotismo que devem ser reconhecidos. Só isso é suficiente para se reafirmar o quão é importante para o país que tenhamos angolanos ricos.

Mas, dito isto, há o outro lado da moeda que não pode

ser ignorado. Com os vícios crónicos de corrupção e dissipação do erário, através de múltiplos esquemas, torna-se quase impossível distinguir os que se tornaram verdadeiramente ricos por esforço próprio. É esta dificuldade que potencia, na verdade, os sentimentos de contestação e abominação contra esse crescimento galopante de ricos. Com o agravante, apesar de compreensível, de esta subida meteórica das fortunas ter-se registado justamente no período em que o país mais prosperou. Por outras palavras, se é lógico que o crescimento económico que Angola registou, depois de 2002, propiciou negócios que, em condições normais, levariam à 'fabricação' de muitos ricos, não é menos verdade que foi precisamente essa situação que favoreceu, na maioria dos casos, a acumulação de riqueza de forma criminosa. A descomplexização das fortunas angolanas encalha neste ponto. Uma solução realista seria a instauração prática e definitiva da tolerância zero, da proibidade pública. No fundo, da cultura da responsabilização que, até provas em contrário, continua ausente. O partido no poder voltou a assumir o compromisso no último Congresso. Mais uma vez, é uma questão de ver para crer.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico e chefe de produção: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Mateus da Graça Filho, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel

e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes e Mariquinha Rego

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo**

estatístico: 92/82 de 18/10/82

Tel.: +244 936272323

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

A semana

29



3 PERGUNTAS A...



Galvão Branco consultor

O mercado bancário nacional conta com novos 'players'. Que vantagens isto trará para a melhoria do sistema financeiro?

O licenciamento de novas instituições bancárias deveria também observar a origem dos capitais dos accionistas externos, para que não ocorra uma acumulação excessiva de participações de um único país, mas que se atraiam grandes bancos internacionais como os bancos chineses e norte-americanos.

Que segmentos bancários seriam mais adequados para a promoção do investimento interno?

No nosso contexto, o conceito de 'banco universal' ajusta-se melhor à gestão dos riscos dos accionistas. O financiamento bancário à actividade produtiva tem de ocorrer com uma significativa intervenção do Estado em matéria de concessão de garantias para a cobertura do risco.

O Governador do BNA apelou para a necessidade de fusão de bancos, ao contrário da entrada de mais bancos...

Parece-me pertinente o vaticínio de que o futuro tenderá para a fusão de bancos, à imagem do Millennium/Atlântico, com o propósito de se ganhar mais dimensão, robustez e competitividade. O mercado vai ditar as condições para que essas fusões ou entrada de novos accionistas internacionais ocorram.

TERÇA-FEIRA

O subsector de rochas ornamentais (granitos, mármore e similares) produziu em Julho, deste ano, cerca de seis mil metros cúbicos, um aumento de 13,93% comparativamente ao mês anterior, indica uma nota do Ministério de Geologias e Minas.

QUARTA-FEIRA

A Agência para a Promoção de Investimento e Exportações de Angola (APIEX) e a empresa The Oil & Gas Year assinaram um acordo de parceria no sentido de apoiar integralmente a propagação da informação económica a respeito da indústria do petróleo de Angola.

QUINTA-FEIRA

O administrador da AGT, Hermenegildo Gaspar, anunciou que uma nova pauta aduaneira, com previsão de entrada em vigor em 2017, está a ser elaborada pela AGT em parceria com instituições públicas e privadas de importação e exportação.



SEGUNDA-FEIRA

O BNA divulgou, em comunicado, ter vendido divisas no montante de 38,4 milhões de euros, no período de 22 a 26 de Agosto. Para a gestão corrente do Tesouro Nacional, o banco central, enquanto operador do Estado, colocou no mercado primário títulos do tesouro no montante 54,5 mil milhões de kwanzas.

SEXTA-FEIRA

A representante da União Europeia em Angola, Suzana Martins, revelou, em Malanje, que a UE vai doar 210 milhões de euros a Angola, por via do Fundo Europeu de Desenvolvimento, para a implementação de diferentes projectos de desenvolvimento social.



SÁBADO

Angola participou no fórum sobre desenvolvimento de África. O encontro contou com ministros dos Negócios Estrangeiros dos países africanos e do Japão e visou balancear a implementação das acções inscritas no Plano de Acção de Yokohama para 2013-2017.



DOMINGO

A direcção municipal da agricultura e desenvolvimento rural na Matala, na Huíla, anunciou o arranque de acções de sensibilização e esclarecimento aos proprietários de fazendas e espaços de terras, com títulos na circunscrição, para o pagamento de impostos.



COTAÇÕES



DÓLAR COM "LIGEIRA" SUBIDA NO BRASIL

O mercado de câmbio brasileiro encerrou a semana de 29 de Agosto a 2 de setembro em grande. O dólar anulou a queda e passou a ter leve subida face ao real, na última sexta-feira. Até ao meio dia de sexta-feira, o dinheiro dos Estados Unidos da América avançava 0,06%, para 3,2515 reais na venda, após chegar a 3,2709 reais na cotação máxima e 3,2245 reais na mínima do dia.



OURO E PRATA EM QUEDA

Os mercados de futuros do ouro estiveram, na última sexta-feira, em baixa pela Europa. A mesma tendência foi observada nos desempenhos da Bolsa Mercantil de Nova Iorque, onde os futuros do ouro em Dezembro foram negociados na entrega a 1.315,45 dólares por onça troy (unidade de medida do ouro) no momento da escrita, a cair 0,13%.

A semana

29

3 PERGUNTAS A...



Galvão Branco consultório

O mercado bancário nacional conta com novos 'players'. Que vantagens isto trará para a melhoria do sistema financeiro?

O licenciamento de novas instituições bancárias deveria também observar a origem dos capitais dos accionistas externos, para que não ocorra uma acumulação excessiva de participações de um único país, mas que se atraiam grandes bancos internacionais como os bancos chineses e norte-americanos.

Que segmentos bancários seriam mais adequados para a promoção do investimento interno?

No nosso contexto, o conceito de 'banco universal' ajusta-se melhor à gestão dos riscos dos accionistas. O financiamento bancário à actividade produtiva tem de ocorrer com uma significativa intervenção do Estado em matéria de concessão de garantias para a cobertura do risco.

O Governador do BNA apelou para a necessidade de fusão de bancos, ao contrário da entrada de mais bancos...

Parece-me pertinente o vaticínio de que o futuro tenderá para a fusão de bancos, à imagem do Millennium/Atlântico, com o propósito de se ganhar mais dimensão, robustez e competitividade. O mercado vai ditar as condições para que essas fusões ou entrada de novos accionistas internacionais ocorram.

TERÇA-FEIRA

O subsector de rochas ornamentais (granitos, mármore e similares) produziu em Julho, deste ano, cerca de seis mil metros cúbicos, um aumento de 13,93% comparativamente ao mês anterior, indica uma nota do Ministério de Geologias e Minas.

QUARTA-FEIRA

A Agência para a Promoção de Investimento e Exportações de Angola (APIEX) e a empresa The Oil & Gas Year assinaram um acordo de parceria no sentido de apoiar integralmente a propagação da informação económica a respeito da indústria do petróleo de Angola.

QUINTA-FEIRA

O administrador da AGT, Hermenegildo Gaspar, anunciou que uma nova pauta aduaneira, com previsão de entrada em vigor em 2017, está a ser elaborada pela AGT em parceria com instituições públicas e privadas de importação e exportação.



SEGUNDA-FEIRA

O BNA divulgou, em comunicado, ter vendido divisas no montante de 38,4 milhões de euros, no período de 22 a 26 de Agosto. Para a gestão corrente do Tesouro Nacional, o banco central, enquanto operador do Estado, colocou no mercado primário títulos do tesouro no montante 54,5 mil milhões de kwanzas.

SEXTA-FEIRA

A representante da União Europeia em Angola, Suzana Martins, revelou, em Malanje, que a UE vai doar 210 milhões de euros a Angola, por via do Fundo Europeu de Desenvolvimento, para a implementação de diferentes projectos de desenvolvimento social.



SÁBADO

Angola participou no fórum sobre desenvolvimento de África. O encontro contou com ministros dos Negócios Estrangeiros dos países africanos e do Japão e visou balancear a implementação das acções inscritas no Plano de Acção de Yokohama para 2013-2017.



DOMINGO

A direcção municipal da agricultura e desenvolvimento rural na Matala, na Huíla, anunciou o arranque de acções de sensibilização e esclarecimento aos proprietários de fazendas e espaços de terras, com títulos na circunscrição, para o pagamento de impostos.



COTAÇÕES



DÓLAR COM "LIGEIRA" SUBIDA NO BRASIL

O mercado de câmbio brasileiro encerrou a semana de 29 de Agosto a 2 de setembro em grande. O dólar anulou a queda e passou a ter leve subida face ao real, na última sexta-feira. Até ao meio dia de sexta-feira, o dinheiro dos Estados Unidos da América avançava 0,06%, para 3,2515 reais na venda, após chegar a 3,2709 reais na cotação máxima e 3,2245 reais na mínima do dia.



OURO E PRATA EM QUEDA

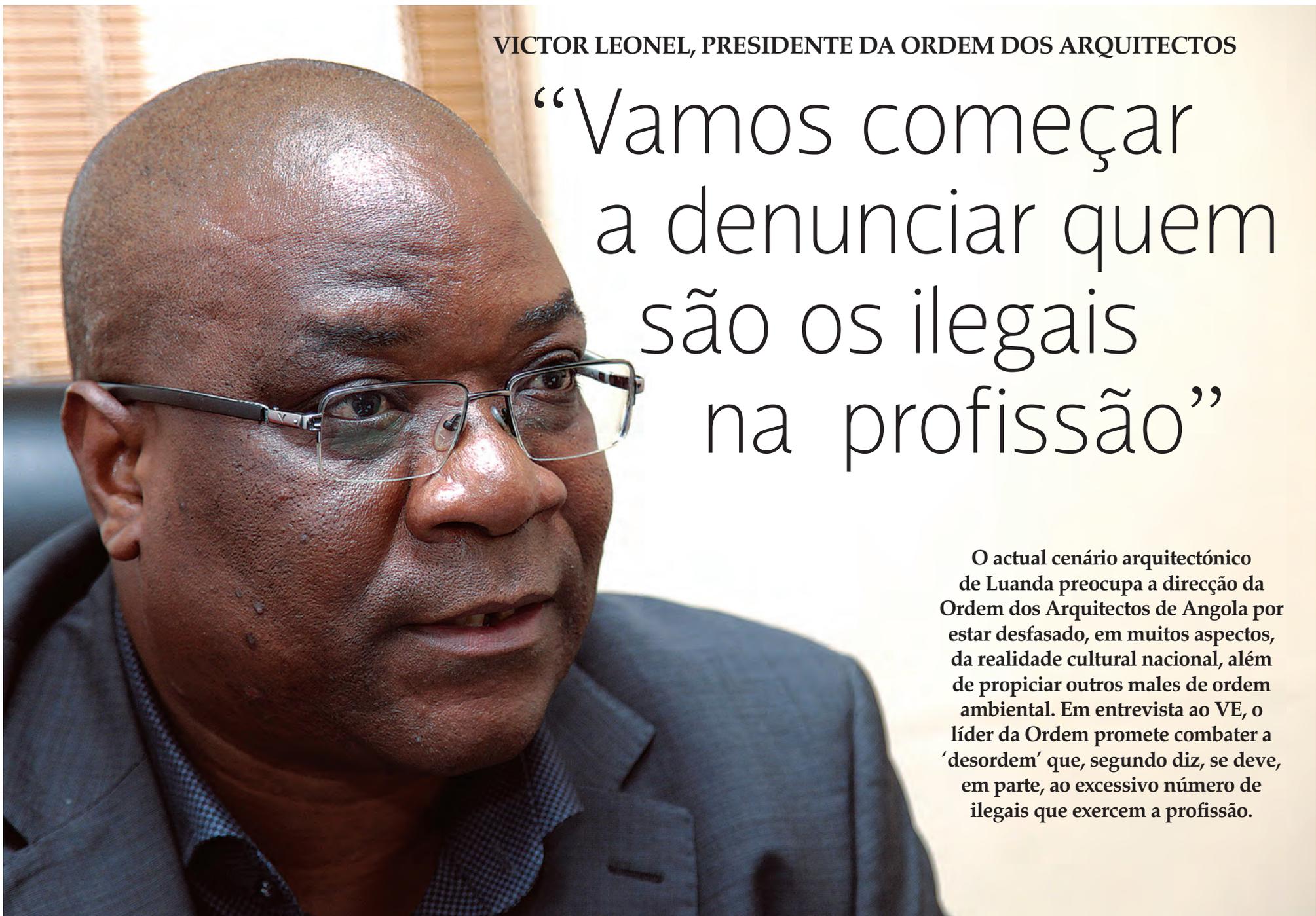
Os mercados de futuros do ouro estiveram, na última sexta-feira, em baixa pela Europa. A mesma tendência foi observada nos desempenhos da Bolsa Mercantil de Nova Iorque, onde os futuros do ouro em Dezembro foram negociados na entrega a 1.315,45 dólares por onça troy (unidade de medida do ouro) no momento da escrita, a cair 0,13%.

Grande Entrevista

VICTOR LEONEL, PRESIDENTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

“Vamos começar a denunciar quem são os ilegais na profissão”

O actual cenário arquitectónico de Luanda preocupa a direcção da Ordem dos Arquitectos de Angola por estar desfasado, em muitos aspectos, da realidade cultural nacional, além de propiciar outros males de ordem ambiental. Em entrevista ao VE, o líder da Ordem promete combater a ‘desordem’ que, segundo diz, se deve, em parte, ao excessivo número de ilegais que exercem a profissão.



Mário Nogueira © VE

Por António Nogueira

Como a Ordem dos Arquitectos de Angola olha para o actual cenário arquitectónico de Luanda?

A característica da arquitectura

que está a ser feita hoje é diferente daquela que existia há alguns anos. Não só porque os estilos mudaram, mas sobretudo porque a arquitec-

tura mais contemporânea que se faz agora é diferente da moderna que se fazia antigamente. Só que naquela altura havia soluções muito mais interessantes do que aquelas que estão a ser apresentadas agora. Temos situações de climas que não estão a ser salvaguardadas, mas não é por se tratar de arquitectura contemporânea, mas sim porque estão a ser apresentados maus projectos.

Do ponto de vista ambiental, há preocupações que devem também ser levantadas?

Alguns desses projectos, do ponto de vista energético, consomem muito combustível. A maior parte dos edifícios que estão a ser fei-

tos na baixa de Luanda não funciona sem ar condicionado. Estão a expôr os vidros. Quando se consegue pôr um vidro que diminua a reflexão do sol, o custo do material normalmente é muito caro. Por outro lado, quando se coloca um vidro simples que consiga absorver a luz do sol, esse vidro cria o efeito de estufa no interior do edifício. Para diminuir esse efeito, tem de se recorrer ao ar-condicionado. Já antigamente, havia a preocupação do sombreamento, para que os vidros não ficassem expostos. Se olharmos, por exemplo, para o edifício das obras públicas, onde está o Ministério da Construção, ele é todo vidrado, só que tem uma

dupla fachada. Ou seja, tem o vidro por trás, depois tem o sombreamento. Assim nem precisa de ar-condicionado, porque o edifício continua fresco. Do ponto de vista energético, o edifício não consome tanto. E nessa fase, em que estamos a discutir o consumo de energia, o efeito-estufa, o aquecimento global, estamos a dar respostas que, do ponto de vista arquitectónico, vão contra aquilo que é a ordem mundial.

Qual é a matriz arquitectónica que Luanda deveria ter?

Nós, enquanto arquitectos nacionais e estrangeiros, temos primeiro de perceber em que país estamos inseridos. Temos de perceber o

clima, no qual estamos a projectar e a cultura do povo para o qual estamos a projectar. Se não percebermos isso, vamos fazer edifícios muito parecidos com os da China, Japão, Portugal, Estados Unidos, mas que não evidenciam em nada aquilo que é nosso. Isso é um desafio grande para um arquitecto. A arquitectura é uma manifestação cultural de um povo, é cultura, e precisamos de mostrar aquilo que é a nossa manifestação cultural e não só tecnológica. A tecnologia é importante, desde que consiga dar respostas às questões culturais do povo.

E o que dizer das zonas verdes de Luanda?

“*Alguns desses projectos arquitectónicos, do ponto de vista energético, consomem muito combustível.*”

Tínhamos três áreas que podíamos considerar com algum verde, que era a zona verde do Alvalade, a floresta da Ilha e o Eixo Viário. Não tínhamos mais. Mas repare que tínhamos esses três pontos com um limite que ia do Porto de Luanda até ao antigo controlo da Samba e, depois, da Baía de Luanda até ao Cazenga. Estes são os limites de Luanda. Se falarmos de limites urbanos, íamos parar quase ao prédio da Comunicação Social e um bocadinho mais do bairro São Paulo. Hoje, olhamos para a nossa cidade e notamos que cresceu. Significa que a resposta, do ponto de vista do ‘pulmão’, tem de triplicar, porque a cidade triplicou ou quadruplicou, mas nós, ao invés de aumentarmos o verde, diminuimos. Por isso, é urgente que se criem ‘pulmões’ na cidade, para que possa respirar mais saúde.

É possível inverter o actual cenário arquitectónico de Luanda?

É possível, porque não são situações muito graves. Conheço muitas cidades africanas e sei que o nosso caso não é dos mais graves. Há soluções que precisam de ser dadas, há respostas que têm de vir à tona, mas com um bocado de coragem e determinação consegue-se corrigir algumas situações que vemos por aí, que não são tão graves. Um dos passos que já se marcaram é a descentralização administrativa. Antes, todas as questões eram resolvidas no Governo Provincial, mas hoje muitos procedimentos são tratados nas administrações. O que é vantajoso, até porque as administrações conhecem bem o que se passa dentro do seu território. Por outro, é preciso que os transportes públicos de massa comecem realmente a funcionar, nomeadamente os catamarãs, os comboios e autocarros. Sei que isso está previsto no Plano Director de Luanda os BRT, que vão facilitar o trânsito. Portanto, algumas soluções já começam a ser dadas.

Que outras situações preocupam actualmente a Ordem?

O exercício profissional. Quem são as pessoas que podem exercer a actividade em Angola. Ainda vemos alguns casos em que arquitectos, vindos de outras paragens, são convidados a elaborar projec-

tos, sem que, para tal, estejam na Ordem. Isso preocupa-nos. Assim como também nos preocupa o caso de, muitas vezes, as encomendas dos projectos serem seleccionadas sem concurso público. Do mesmo jeito que somos rigorosos em relação, por exemplo, a concursos para empreitadas, é preciso também que o sejamos com os concursos para projectos. E isso quase que ainda não se faz sentir. A nível de projectos, o que normalmente acontece é por indicação e isso preocupa. Só fazendo é que vamos melhorar. O país está, neste momento, num processo de reconstrução. É a melhor fase, em termos de oportunidades, para os arquitectos nacionais desenvolverem as suas aptidões.

Qual tem sido o posicionamento da Ordem para combater as práticas de exercício ilegal da profissão?

Para este mandato, decidimos que seria mais educativo. Temos tido contactos com vários arquitectos nacionais e internacionais que estão a exercer ilegalmente a actividade e falámos com essas pessoas, alertando de que se essas pessoas quiserem trabalhar em Angola que o façam em parceria com arquitectos angolanos, inscritos na Ordem. Aliás, a União Internacional de Arquitectos recomenda que os arquitectos, ao viajarem para outros países, façam parcerias com os arquitectos locais e não trabalhos de forma individual. Por isso, temos estado a aconselhar, porque isso constitui crime e não gostaríamos que um colega nosso fosse amanhã indiciado por exercer a actividade ilegalmente. Mas essa fase acabou. Agora vamos começar a indicar exactamente quem são as pessoas que agem assim.

A legislação prevê alguma sanção?

As sanções são criminais, porque as pessoas, nessa condição, estão a usurpar uma profissão. Porque não sabemos se essa pessoa é realmente arquitecta ou não. Pode ser até que o seja. Em qualquer país, não basta as qualificações que dizem que a pessoa é profissional. Se, por exemplo, a um arquitecto, por qualquer motivo, lhe é caçada a sua carteira profissional, nesse país ele não poderá exercer a actividade, nem lá, nem noutra parte do mundo. Aquela profis-

Antigamente havia soluções muito mais interessantes do que aquelas que estão a ser apresentadas agora. Temos situações de climas que não estão a ser salvaguardados, mas não é por se tratar de arquitectura contemporânea, mas sim porque estão a ser apresentados maus projectos.

Ainda vemos alguns casos em que arquitectos, vindos de outras paragens, são convidados a elaborar projectos, sem que para tal estejam na Ordem. Isso preocupa-nos. Assim como também nos preocupa o caso de, muitas vezes, as encomendas dos projectos serem seleccionadas sem concurso público.

são, ele não pode exercer. Quem nos garante que ele não terá cometido um crime no seu país de origem e que não pode mais exercer a profissão? Daí a necessidade de ter que se inscrever na Ordem. Se não tivermos o cuidado de saber quem é essa pessoa, amanhã temos a nossa cidade numa aberração, com prédios a cair, acidentes e a pessoa já não está cá para ser julgada. Por isso, temos de estar atentos. No fundo, estamos a salvaguardar o nosso país de situações mais graves que possam ou não advir.

Essa é uma aposta da Ordem para esse ano, denunciar os estranhos à profissão?



Mário Mijetes © VE

Já temos falado com as pessoas, a educar, mas educar tem prazos. Há uma fase de conversa, mas agora vamos passar para outra fase que é de acção. Há uma outra situação que temos reclamado que é a questão dos vistos. Como é que são passados vistos de trabalho a pessoas que não podem exercer a actividade em Angola? Não é correcto. Sabemos que há arquitectos que vêm trabalhar para empresas de construção ou de projectos e que têm visto de trabalho como arquitectos. Mas estes, aqui não podem exercer a actividade, nem sequer se inscreverem na Ordem. Portanto, temos abordado com os órgãos de direito para passar vistos de trabalho é preciso que a Ordem tenha

conhecimento ou, pelo menos, seja consultada se esse arquitecto do país A ou B pode ter visto de trabalho ou não. Porque é a nossa profissão que está em jogo.

Que avaliação faz do trabalho que a Ordem tem estado a desempenhar ao longo dos 10 anos de existência?

O meu mandato terminou em Abril e estou a concorrer para a reeleição. As eleições foram convocadas em Abril e até ao momento não apareceu outra lista, subentendendo que vá ter de avançar sozinho, porque não há concorrência. Nos últimos três anos, foi efectuado algum trabalho, principalmente a nível dos arquitectos. Dividimos as nossas acções em duas partes.

Grande Entrevista

Como só podemos cumprir dois mandatos consecutivos, a ideia era no primeiro mandato nos cingirmos mais no trabalho dos arquitectos e, no segundo, envolver mais os arquitectos nos trabalhos com a comunidade. Ou seja, deixar o arquitecto mais próximo do cidadão. Mas, para isso, era necessário, primeiro, que o arquitecto percebesse quais são as suas funções dentro da sociedade, que papel é que desempenha e o que a sociedade espera de nós; que conhecimentos precisamos de ter e que abordagens é que devemos fazer junto da sociedade. Portanto, estes três anos serviram essencialmente para cultivar o que está ainda de baixo da terra, fazer germinar esses conhecimentos no seio dos arquitectos. Nesse período, organizámos também alguns fóruns internacionais, num total de três, um para cada ano, no Sumbe, em 2013, Lobito, em 2014, e Huambo, em 2015. Cada um dos fóruns tinha um tema específico. Convidámos 'experts' para apresentar a sua experiência sobre determinadas matérias que achamos relevantes, em função do tema que foi escolhido. Daí que os arquitectos saíram desses fóruns com conhecimentos precisos sobre o tema. Além dos fóruns, organizámos um prémio de arquitectura e exposições.

Nestes três anos, os resultados obtidos corresponderam às expectativas?

Correspondem! E dou um exemplo concreto. Desde o primeiro fórum, no Sumbe, para o qual convidámos uma especialista em matéria de acessibilidades, este tema, em particular, passou a ser muito discutido. E os arquitectos saíram desse encontro bastante elucidados, a tal ponto que convidamos a mesma especialista para fazer uma outra apresentação, também sobre acessibilidades, mas noutra vertente, no Lobito, no segundo fórum. E também aí, o assunto foi amplamente discutido. Fruto desse trabalho, fomos convidados, em 2015, a dar o nosso parecer sobre a Lei das Acessibilidades. Nessa altura, já estávamos, há dois anos, a discutir o assunto. Foi muito fácil abordar essa questão das acessibilidades e demos o nosso contributo. E mesmo tendo passado por várias comissões, no Parlamento, notámos que o resultado final não teve alteração subs-



Mário Mujetes © VE

tancial e que foi a todos os níveis elogiado. Isso, para nós, foi um coroar de êxitos.

Que outros assuntos, de interesse geral, a Ordem chegou a partilhar com o Governo?

Fizemos contactos nas várias esferas governamentais, no sentido de abordar questões que preocupam os arquitectos e que, para a sua solução, careciam de abordagens ao mais alto nível. Uma das vitórias foi que os governos provinciais fizessem o registo dos técnicos médios para passar a assinar os projectos locais. O estatuto da Ordem proíbe que pessoas, que não sejam arquitectas e não estejam inscritas na instituição, assinem projectos. Foi uma luta grande para conseguirmos que esse preceito fosse cumprido. Mas, felizmente, isso já acontece.

A segurança nos edifícios das novas centralidades é um assunto

PERFIL

Victor Leonel é licenciado em arquitectura. No quadrante profissional, já ocupou vários cargos de destaque, entre os quais o de secretário-geral da Ordem dos Arquitectos de Angola, antes de assumir as actuais funções de presidente da organização. Em 2008, foi eleito membro do Conselho da União africana de Arquitectos, para três anos depois ser vice-presidente desta instituição, posição que ocupa actualmente no seu segundo mandato. Em 2011 foi eleito tesoureiro do Conselho Internacional de Arquitectos de Língua Portuguesa (CIALC), função a que foi reeleito em 2013. Este ano foi eleito vice-presidente desta organização.

recorrente, sobretudo por causa de alguns incêndios. Como a Ordem olha para esse tipo de situação?

A segurança nos edifícios foi um dos assuntos abordados no nosso último fórum, no Huambo. Nas centralidades, olhando para o que existe do ponto de vista urbano, a questão da segurança está salvaguardada. Nas pesquisas que fizemos, verificámos, inclusive, que há indicações no pavimento para os invisuais. Portanto, nesse aspecto, as centralidades estão bem servidas. Em relação aos incêndios, não digo que os edifícios estejam bem servidos, mas acredito que o corpo de bombeiros tem os seus equipamentos e a sua forma de tratar melhor a situação. Não sei se a questão está resolvida nos prédios mais altos, mas reconheço que alguns desses pormenores foram salvaguardados nos edifícios de baixa altura.

A Ordem não foi chamada na concepção das centralidades?

A Ordem tem, desde esse ano, um arquitecto a trabalhar na aprovação de projectos no governo provincial, mais propriamente no IPGUL. Nessa altura, estas questões todas têm sido verificadas. Mas nas centralidades, a situação é diferente. Foi uma resposta de emergência dada para resolver uma situação real que o país estava a viver. E quando se trata de situações de emergência há uma série de preceitos que é posta de lado. E as centralidades não fogem disso. Portanto, nas centralidades, o que conhecemos é aquilo que vemos da vivência. Não fomos lá, de forma oficial, procurar soluções de correcção ou de afinação. Isso, não fizemos. Aquilo é um pacote que foi entregue e que para as melhorias que tiverem de ser feitas, deverá ser a própria administração a dar respostas.

Hoje, olhamos para a nossa cidade e notamos que cresceu. Significa que a resposta, do ponto de vista do 'pulmão', tem de triplicar, porque a cidade triplicou ou quadruplicou, mas nós, ao invés de aumentarmos o verde, diminuimos.

Os arquitectos, ao viajarem para outros países, devem fazer parcerias com os arquitectos locais e não trabalhos de forma individual. Por isso, temos estado a aconselhar, porque isso constitui crime e não gostaríamos que um colega nosso fosse amanhã indiciado por exercer a actividade ilegalmente. Mas essa fase acabou.



zap

#SORRISOSZAP

DÁ VIDA AO TEU SORRISO

Todos os sorrisos são especiais. Sorri com os teus amigos,
sorri sempre! Junta-te ao movimento ZAP e partilha o teu sorriso!
Usa a hashtag 😊



LIGUE
935 555 500

apoio.cliente@zap.co.ao
Todos os dias, incluindo feriados,
das 7:00 às 24:00

Visite-nos em www.zap.co.ao e siga-nos



Economia/Política

ABAMAT EM REESTRUTURAÇÃO HÁ TRÊS MESES E A SER CONTESTADA

Inspeções a viaturas com regulamento em ‘stand by’

AUTOMÓVEIS. A Abamat foi inaugurada pelo Presidente da República há dois anos e destinava-se à manutenção e inspeção obrigatória de viaturas. Mas está parada e sob polémica. O regulamento das inspeções está no Ministério do Interior à espera de melhores dias.

Pais continua sem inspeções periódicas das viaturas



Mário Mujica © AE

Por Isabel Dinis

Inaugurado em 2014 pelo Presidente da República, o Centro de Oficina e Armazém Central de Peças de Viana e simultaneamente Centro de Inspeção Automóvel, Abamat, está há três meses sem funcionar. As viaturas que se encontram nas instalações estão a ser removidas por causa de um processo de reestruturação que tem como principal foco mudar a gestão das oficinas, informou um alto funcionário da empresa ao VALOR.

A oficina custou cerca de quatro milhões de dólares aos cofres

MEMORIZE

- A DNVT tem instalações no Palanca, em Luanda, com condições para se realizarem inspeções de viaturas.
- A Abamat faz parte de uma rede de oficinas que garantem assistência técnica a veículos e a venda de acessórios.

ao Estado, e tem capacidade para atender 20 viaturas ligeiras e pesadas por dia. A Abamat foi equipada com material de ponta, como máquinas para alinhamento de direcção, laboratório, instrumentos para a pintura, entre outros serviços.

A nova gestão vai manter a direc-

ção actual e os funcionários. Desde Maio, que a empresa tem solicitado aos proprietários que recuperem as viaturas que ali se encontram. No entanto, o empreendimento cumpre com os objectivos para que foi criado: a manutenção e a inspeção de automóveis. Quem o garante é responsável da empresa. “Há casos em que o cliente já vem com a viatura a partir da viação e trânsito. Há vezes em que os carros vêm para aqui com alguém da fiscalização da viação e trânsito.”

A Abamat faz parte de uma rede de oficinas que, além de garantir a assistência técnica a veículos e a venda de acessórios, surgiu para dar resposta ao regulamento dos centros de inspeção, aprovado em 2010 e que obriga a inspeção periódica de viaturas, cujo dossiê

aguarda por desenvolvimentos no Ministério do Interior (ver caixa).

ABAMAT POLÉMICA

Contrariamente ao que foi declarado pelo alto funcionário, a directora geral do Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários, Noélia Costa, garante que a Abamat “não é um centro de inspeções”, mas somente “uma oficina adstrita ao Ministério dos Transportes”. Já foram erguidas infra-estruturas semelhantes em Benguela e no Huambo. Noélia Costa fez questão de sublinhar que quem declara a Abamat como um centro de inspeções de viaturas “deve estar mal informado”. “O informante está a confundir”, reforça, em declarações ao VE. Confrontado com estas afirmações, o funcionário da empresa reafirma que a empresa faz inspeções, apesar de não terem muitos pedidos. “Abamat fazia, até há três meses, a inspeção de viaturas”, insiste.

Ainda de acordo com aquele responsável, as inspeções baseavam-se na confirmação de parâmetros do fabricante, na verificação do sistema de ‘airbag’, chaparia, funcionamento do motor, qualidade do óleo, verificação de pneus, entre outros pontos.

O preço cobrado pela Abamat era de 10 mil kwanzas por inspeção tanto para ligeiros como para pesados e para a reinspeção.

No entanto, o regulamento prevê preços diferentes para a inspeção de veículos ligeiros e pesados. Segundo o regulamento, os preços estão tabelados a 2.750 kwanzas para ligeiros, reboques e semi-reboques, 4.100 kwanzas para os pesados, mil para reinspeções e 275 para a emissão de segunda via da ficha de inspeção.

Inspeções num impasse

Angola ainda não faz inspeções periódicas regulares obrigatórias, apesar de ter aprovado, com a assinatura do Presidente da República, um regulamento há seis anos. O ‘dossiê’ encontra-se na alçada do Ministério do Interior, revelou a directora-geral do Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários, Noélia Costa, ao VALOR. “Ninguém ainda faz inspeção com base na inspeção periódica obrigatória”, garante. Há a inspeção autorizada que é a da Direcção Nacional de Viação e Trânsito (DNVT), feita na altura da matrícula. Depois, há outra da responsabilidade do Instituto dos Transportes Rodoviários, apenas para quem pretenda exercer a actividade de transporte.

Noélia Costa assegura que a DNVT tem instalações no Palanca, em Luanda, com condições para se realizarem inspeções. “Essas instalações foram inauguradas para se fazer inspeção obrigatória, mas só funciona a de transportes.”

Nuno Borges, presidente da Associação dos Concessionários de Equipamentos de Transportes Rodoviários (ACETRO), que controla 24 concessionárias e 42 marcas, não tem dúvidas de que este impasse em relação às inspeções periódicas tem um “impacto enorme”, na segurança e nos acidentes rodoviários. Nuno Borges afirma que há “muitas viaturas que não deviam estar a circular, constituindo um alto risco para quem conduz e para os peões”.



O ESTADO ESPERA arrecadar 1,5 mil milhões de kwanzas em receitas não-petrolíferas até finais do ano. Os dados foram anunciados pela AGT, no Primeiro Fórum Tributário, organizado em Luanda.



MAIS DE 800 produtos nacionais já exibem o selo "Feito em Angola" atribuído pelo Ministério da Economia desde 2012, altura em que foi lançado, anunciou a coordenadora do programa, Ana Celeste.

CONGRESSO DO MPLA 'ATRASA' HOMOLOGAÇÃO DE CONTAS

Empresas públicas vão a exame esta semana

CONTAS. Avaliação do exercício económico das empresas do sector estatal do ano transacto terá atrasado por causa da Congresso do partido no poder, realizado na última semana de Agosto.

Por José Zangui

As empresas do sector empresarial público foram chamadas esta semana para o acto de homologação das contas do exercício de 2015, apurou o VALOR de fonte próxima ao processo, que precisou esta quinta-feira, 8, como a data da cerimónia formal. "Os convites para as entidades que vão presenciar o acto já estão a ser distribuídos", adiantou. Habitualmente realizada até ao

mês de Julho, como aconteceu em 2014 e 2013, a homologação das contas das empresas estatais terá 'atrasada', por conta do terminado Congresso do MPLA, que consumiu a agenda de titulares de departamentos ministeriais e demais responsáveis do sector empresarial público.

Apesar de não haver um prazo legal estabelecido para a apresentação das contas, segundo notou a fonte, as empresas públicas devem submeter as suas contas ao Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP) para a devida aprovação.

Em 2014, o acto de homologação aconteceu em Julho e em 2013, em Março, ano em que ape-

nas três empresas, a ENSA, a TPA e os Caminhos-de-Ferro de Benguela (CFB), apresentaram ao ISEP as suas contas referentes ao exercício de 2012.

O ano passado, ao apresentar o relatório da homologação das contas das empresas públicas, o presidente do conselho de administração do ISEP, Henda Inglês, referiu que, das 52 empresas auditadas, apenas 33 foram homologadas, sendo que destas apenas oito acabaram aprovadas sem reservas.

Na lista das empresas que receberam homologação sem reservas, figura o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), a ENSA, a Imprensa Nacional, a TAAG e a Unicargas.

A homologação das contas de empresas públicas sem reservas é feita quando os documentos submetidos são transparentes e explicam correctamente os fluxos de caixa.

Na cerimónia do ano passado, o ministro da Economia, Abrahão Gourgel, reconhecia que, pelo terceiro ano consecutivo, alguns gestores mostraram alguma "resistência" por altura da apresentação dos relatórios e contas. Na ocasião, prometeu que o Ministério seria "um pouco mais exigente" com os gestores que persistiam em não entregar os relatórios nos prazos previstos e com aqueles que nem sequer chegavam a entregar. "Vão ser punidos", avisava o ministro.

52

Empresas auditadas, mas apenas 33 foram homologadas, sendo que destas oito acabaram aprovadas sem reservas

2015

É o ano de exercício económico das empresas públicas homologada está semana.

PUB

3º Congresso Angolano

de CARDIOLOGIA e HIPERTENSÃO

DOENÇAS CARDIOVASCULARES: MAIS CONHECIMENTO = PREVENÇÃO E MELHOR TRATAMENTO

29 de Setembro a 1 de Outubro de 2016 > ENAD > LUANDA

1º Fórum Angolano sobre Febre Reumática

Cursos Pré Congresso > 24 a 28 de Setembro
Consulte Mais Informações na nossa página do Facebook

INSCRIÇÕES ABERTAS

Participação:

Sociedade Europeia de Cardiologia

South African Heart Association

Sociedade Brasileira de Cardiologia

Sociedade Portuguesa de Cardiologia

Pan African Society of Cardiology

Federação das Sociedades de Cardiologia de Língua Portuguesa

Associação dos Cardiologistas de Cabo Verde

Associação dos Cardiologistas de Moçambique

Organização:

Alto Patrocínio:

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA SAÚDE

Apoio Institucional:

ORDEM DOS MÉDICOS DE ANGOLA

Patrocínio Master:

AstraZeneca

Patrocínio Ouro:

SANOFI

Patrocínio:

JABA RECORDATI

Apoio:

unisaúde

Media Partner:

Secretariado técnico:

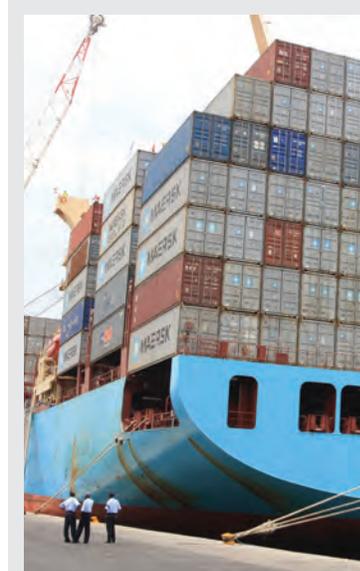
Informações:
+244 927 706 624 | 935 673 056
capacitarheventos@gmail.com
congressoangolanosadcv@gmail.com

Economia/Política

CESTA BÁSICA MAIS CARA

Comércio admite dificuldades em controlar preços

ESPECULAÇÃO. Secretário de Estado, Jaime Fortunato, considera “necessária” a intervenção da fiscalização de modo a combater-se a especulação.



Mais de 200 mil toneladas de produtos importados

Angola importou, durante o primeiro semestre do ano, cerca de 286,2 mil toneladas de produtos da cesta básica, correspondentes a 94% do total das importações efectuadas neste período. A informação foi avançada pelo Ministério do Comércio, durante a reunião sobre ‘medidas para inibir a subida dos preços dos principais produtos da cesta básica’, que decorreu em Luanda.

No período em análise, a importação da farinha de trigo representou 7% do total das compras ao exterior.

A directora do departamento de mercados de activos do BNA, Cândida Sandingo, disse que a banca comercial tem realizado vendas ao sector produtivo, salientando que, de Janeiro a Agosto, foram realizadas vendas de divisas equivalentes a 1.030 milhões de dólares, destinadas a cobrir despesas das importações de bens alimentares.

Por José Zangui

Os preços dos produtos, sobretudo dos que compõem a cesta básica, não param de subir. O secretário de Estado do Comércio, Jaime Fortunato, que presidiu, na semana passada, a um encontro com operadores do comércio, justificou que a situação se deve a “práticas ilícitas” na comercialização de produtos como a farinha de trigo. O governante desafiou, por isso, a fiscalização a pôr fim ao que chamou de “práticas predatórias de preços”.

Os operadores defendem, no entanto, a criação de uma central de compras, como solução para atender os empresários. O objectivo é assegu-

rar que os produtos sejam vendidos de forma dirigida aos “reais industriais”, que serão obrigados a apresentar um mapa de produção, com vista a garantir-se um “controlo rigoroso”.

O Ministério do Comércio acolheu a proposta, num encontro que juntou, em Luanda, o Banco Nacional de Angola, o Ministério das Finanças, os Serviços de Investigação Criminal e representante de associações empresariais, para se discutirem as ‘medidas para inibir a subida dos preços dos principais produtos da cesta básica’. Mas também para analisarem a dotação de cambiais para a importação de farinha de trigo e as quantidades de bens da cesta básica importadas no primeiro semestre.

Presente no encontro, o ministro do Comércio, Fiel Constantino, apontou também dificuldades em regularizar o mercado do pão. “Está a verificar-se uma falha do mercado em alguns produtos, sobretudo, o preço do pão que tem registado um comportamento praticamente descontrolado, que leva a insatisfação aos

MEMORIZE

- O Índice de Preços no Consumidor Nacional registou uma variação de 4,26%, durante o período de Junho a Julho. A classe da alimentação e bebidas não alcoólicas foi a que maior variação teve e consequentemente a que mais influenciou o aumento dos preços da cesta básica nas restantes 17 províncias.

consumidores”, avaliou o governante.

Fiel Constantino considerou “ser útil” juntar os responsáveis do sector empresarial para manter a “ordem e tranquilidade” no mercado do pão”, mas também de outros produtos da cesta básica.

O presidente da Associação dos Panificadores de Angola (AIPP), Gilberto Simão, lembrou, entretanto, que já foi estabelecido um preço de referência para a venda do trigo, que deve chegar entre sete e nove mil kwan-

zas o saco. Por isso entende que não se justifica que haja comerciantes a vender o saco de trigo por 20 mil kwanzas. “Estes estão a especular e a denegrir o Estado”, acusou.

Este ano, pelo menos 32 produtos e serviços passaram a ter os preços vigiados, entre os quais o arroz, leite, transportes, açúcar, carne, peixe, sal, batata, tomate, cebola, farinha, massa e medicamentos. A intenção do decreto executivo era travar a especulação, no entanto, no mercado, mantém-se a tendência de subida dos preços.

Dados do Instituto Nacional de Estatística indicam que o Índice de Preços no Consumidor Nacional registou uma variação de 4,26%, durante o período de Junho a Julho. A classe da alimentação e bebidas não alcoólicas foi a que maior variação teve e consequentemente a que mais influenciou o aumento dos preços da cesta básica nas restantes 17 províncias. Em Luanda, a classe da alimentação contribuiu para o aumento de preços em 6,22% em Julho em relação ao mês anterior.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



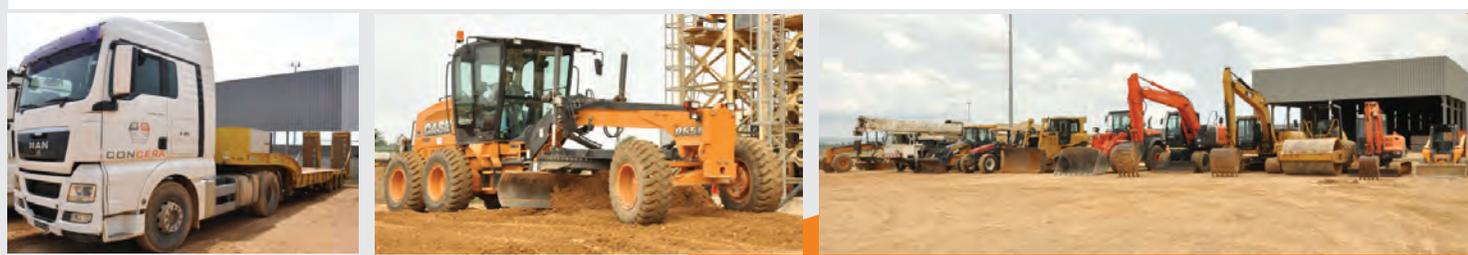
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Estrada das Terras Verdes
km 1 Caope Velha Funda - Cacuaco – Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerangola.co.ao | www.concerangola.co.ao

Economia/Política

NÚMEROS CHEGARÃO AOS 20 MILHÕES USD ATÉ DEZEMBRO

Apreensão de drogas atinge os 8 milhões USD

TRÁFICO DE DROGAS. Angola passa para a condição de mercado de consumo, saindo da anterior categoria de país de trânsito. Detalhe: até Dezembro, esperam-se cerca de 100 apreensões, avaliadas em 20 milhões de dólares.

Por Isabel Dinis

Até ao fim do mês de Agosto, as autoridades confiscaram cerca de 66 quilogramas de cocaína, avaliados em oito milhões de dólares, segundo a Administração Geral Tributária (AGT).

Os dados referem-se a 31 apreensões no Aeroporto Internacional '4 de Fevereiro', em Luanda, principal porta de entrada de drogas provenientes, sobretudo, da

América latina, devido à conexão com o Brasil, via África do Sul, Namíbia e Congo Brazzaville.

Jerónimo Nunda, chefe da secção de navegação e controlo da delegação aduaneira do terminal de passageiros do aeroporto internacional de Luanda, prevê que 2016 bata todos os recordes em termos de apreensões, calculando que se aproximem num número de 100 até Dezembro, com valores na ordem dos 20 milhões de dólares. A explicação está no facto de Angola se ter tornado num mercado de consumo, desde o ano passado, 'evoluindo' da anterior condição de país de trânsito. "Angola tornou-se um país consumidor de drogas desde o ano passado, antes era só um país de trânsito. Isto significa que passou a ser um mercado

atractivo e o volume de importações de droga aumenta", revelou.

Jerónimo Nunda considera as estatísticas "alarmantes", apontando que os números da AGT, que só têm que ver com as fronteiras aéreas, terrestres e marítimas, chegam a ser "bem menores", em relação ao volume de apreensões dos Serviços de Investigação Criminal que actuam em todo o território nacional.

O volume de dinheiro movimentado representa a estatística preliminar das apreensões, sendo que as drogas passam por várias fases até serem vendidas ao consumidor final. Os cálculos da AGT indicam que, apesar dos investimentos realizados, nos últimos anos, em scanners, brigadas caninas e no perfil preventivo - que a



Jerónimo Nunda,
da AGT

Santos Samuêsa © VE

capacidade dos técnicos em usar a neurolinguística e até 10 tipos de testes de drogas -, cerca de 40% dos estupefacientes que entram "escapam" das inspecções.

As drogas vêm, na sua maioria, através das mulas (pessoas que são usadas para o transporte). E os portadores usam várias formas, sendo as mais comuns em bagagem de mão, simulada em roupa, em peças de viaturas, electrodomésticos, bem como em cápsulas

ingeridas e introduzidas no ânus ou em órgãos genitais femininos.

Luanda, Huila, Benguela e Cunene são os principais mercados em termos de consumo interno. A droga que se exporta tem, como destinos, a Namíbia, São Tome e Príncipe e África do Sul.

Jerónimo Nunda admite que o tráfico de droga em Angola tem ligações com os cartéis de droga na América latina, com pessoas que enviam e recebem no país.

Moxico ganha duas serrações

Duas grandes serrações estão em construção na província do Moxico, visando dar corpo ao decreto que determina que o toro deve ser transformado localmente para acrescentar valor a este recurso florestal, de acordo com o presidente da Associação dos Madeireiros do Moxico (AMM), Frede-

rico Paulino.

Trata-se das serrações Caezi, com capacidade para transformar 80 metros cúbicos/dia de madeira, e da Candelei e Filhos, com 60 metros cúbicos/dia.

Além destas duas iniciativas empresariais que obtiveram o beneplácito do Banco de Desenvol-

vimento de Angola (BDA), que financiou parte dos recursos para a aquisição das máquinas no exterior, existem as serrações Cacoma e Vandick, esta última cujos equipamentos foram adquiridos com recursos próprios. Os investimentos financiados pelo BDA rondam os sete milhões de dólares.



ANGOLA SENTE



O Registo Eleitoral é obrigatório



Eu cumprio o meu dever
de cidadão. E tu?

**Actualiza o teu registo
junto a uma Brigada
de Registo Eleitoral.**

**Leva contigo o teu
Cartão de Eleitor e o teu BI.**

**Se não tiveres BI, leva só
o teu Cartão de Eleitor.**

Mercado & Finanças

BANCO DEIXA ENTRAR NOVOS SÓCIOS

Posição de accionistas angolanos “fica intacta” no Finibanco

BANCA. Entrada de novos accionistas no capital do banco angolano de capitais mistos não altera participações de sócios angolanos da instituição. Mário Palhares e Carlos Feijó, accionistas com maiores posições individuais, podem reduzir participação, antevêm especialistas.

Por Nelson Rodrigues

A transferência do capital do grupo Montepio no Finibanco para a nova holdings – a ‘Arise’ – poderá não afectar as posições de cinco accionistas angolanos do banco. O que se prevê é a possibilidade de haver cedência de participações, situação que fica dependente da contrapartida financeira que os integrantes da nova holdings oferecerem aos accionistas angolanos, segundo vários economistas consultados pelo VALOR.

A entrada da nova entidade accionistas no capital do banco, segundo observadores, “não põe em causa a posição de sócios com menores participações” – cinco angolanos – pelo que, defendem, “tudo deve ser decidido pela assembleia geral de sócios”.

O grupo Montepio, actual maioritário do banco, decidiu transferir o capital detido no Finibanco para uma nova estrutura, a Arise, formada pelos holandeses do Rabobank e pelo Fundo de Investimento da Noruega para os Países em Desenvolvimento (Norfund), segundo noticiou o VALOR na semana passada.

Um dos inquiridos sobre o assunto é o economista e investigador do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC), Francisco Miguel Paulo, que afasta, para já, a possibilidade de os sócios angolanos ‘saltarem’ da estrutura accionista com a entrada da nova holding.

“Não significa que os angola-

nos devam, necessariamente, ceder as suas participações. Pode acontecer que, por deliberação da assembleia de sócios, os accionistas sejam obrigados a aumentar capital. Quem não puder aumentar capital terá de vender participações a quem tenha mais dinheiro”, comenta o também professor Francisco Paulo.

Actualmente, a estrutura accionista do Finibanco é composta por dois accionistas colectivos – o grupo Montepio (51%) e a Iberpartners (2,40%) – e mais cinco sócios individuais (todos angolanos), nomeadamente o banqueiro Mário Abílio Palhares, que, isoladamente, detém 35,26%, o jurista Carlos Feijó (5,02%), o ex-presidente do conselho de administração da Angola Telecom, João Avelino Augusto Manuel (3,92%), Francisco Simão Junior (1,60%) e o actual deputado Dumilde das Chagas Rangel (0,80%).

Para o economista e consultor

51%

Valor das acções do grupo Montepio no Finibanco.

20

Número de países africanos em que a nova holding pretende chegar

Lopes Paulo, não se descarta a possibilidade de cedência de participações dos accionistas minoritários no banco. Mas tudo vai depender,

defende Paulo, “das contrapartidas financeiras que os novos accionistas apresentarem”.

“O importante é saber o que é que a nova entidade vai trazer para o mercado. Se for só ‘mais um grupo’, não se esperam grandes ‘mais-valias’, considera o economista.

GANHOS COM A HOLDING

O investigador do CEIC Francisco Paulo não tem dúvidas de que a entrada da nova holding traga vantagens para o sistema financeiro nacional. O economista elenca factores como “boa gestão”, “rigor e ética nos negócios” e “profissionalismo” como qualidades associadas aos noruegueses do Nordfund.

“O sistema financeiro angolano só sai a ganhar com a entrada da Holding – formada pela integração dos capitais do Rabobank, da Holanda, e do Norfund. Os noruegueses são muito rigorosos em matéria de ges-

tão”, lembra o investigador do CEIC.

PROPÓSITOS DO NEGÓCIO

A transferência das acções do Montepio no Finibanco – décimo quarto banco comercial angolano no ranking de activos – foi justificada pela necessidade de “concentrar as acções em África dos três grupos interessados no negócio, o Norfund, o FMO RaboBank e o Montepio”, em África.

No continente, os olhos estão virados para todos os lados: em Angola – através do Finibanco, e em Moçambique, por via do Banco Terra. A intenção da nova holding é cobrir cerca de 20 países africanos.

“Todos os participantes detêm actualmente participações em entidades financeiras e prestadores de serviços financeiros na África Subsariana e acordaram juntar tudo numa única sociedade”, asseguram os novos accionistas, através de um comunicado do Montepio.



Banco passa a ter accionista holandês



ANGOLA é o quinto país com mais milionários de África, reunindo, em 2015, 6.400 pessoas com um património líquido de pelo menos 1 milhão de dólares, segundo o mais recente estudo da consultora britânica 'Knight Frank'.



O BANCO NACIONAL ANGOLA (BNA) realizou, no período de período de 22 a 26 de Agosto, vendas de divisas no montante de 38,4 milhões de euros (equivalente a 42,9 milhões de dólares).

“FATCA” ENTROU EM VIGOR

Contas de americanos em Angola reportadas ao ‘Tio Sam’

FISCO. Angola juntou-se à crescente lista de países que ajudarão os Estados a combater a evasão fiscal de empresas e cidadãos norte-americanos, no estrangeiro.

Por Cândido Mendes

Teoricamente, Angola começou a implementar o regime legal chamado ‘Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA)’, que introduz um regime de reporte para as instituições financeiras, relativamente a contas detidas por cidadãos e ou empresas norte-americanas.

Um decreto presidencial, publicado no dia 29 do mês passado, dá conta da aprovação do FATCA, nove meses depois de os Estados Unidos e Angola terem assinado o tal mecanismo. “O FATCA é um conjunto de medidas que o congresso norte-americano definiu para combater a evasão fiscal”, esclarece o economista Salim Valimamade da Universidade Católica de Angola. Nela são instadas “as instituições financeiras a colaborarem com o fisco no sentido da identificação, reporte e informação a cerca dos contribuintes do fisco dos Estados Unidos”.

A lei especifica em como os cidadãos norte-americanos e ou as suas empresas a operarem em Angola, através de filiais ou subsidiárias registadas, são obrigados a manter registos contabilísticos completos em conformidade com os requisitos definidos.

De acordo com o Diário da Repú-

blica, a vigência da lei vai ser feita “com base no reporte doméstico e troca automática de informações, sujeitas à confidencialidade e outras protecções reflectidas neste instrumento, incluindo disposições que limitam o uso da informação fornecida”.

Angola e os Estados Unidos optaram pela abordagem intergovernamental na materialização da lei porque esta “permite ultrapassar os impedimentos legais e reduzir os encargos das instituições financeiras angolanas”.

A “abordagem intergovernamental” (não explícita no DR, mas tendo como exemplo noutros países) significa que as instituições financeiras angolanas serão obrigadas a fornecer ao Executivo informações sobre contas tituladas por entidades norte-americanas, para posterior envio às autoridades dos EUA.

ANGOLA TEM “SITUAÇÕES” POR MELHORAR

“É natural” que a implementação desse acordo traga um esforço acrescido na parte do Ministério das Finanças no que diz respeito ao conhecimento dos clientes bancário, diz Salim Valimamade.

Esse esforço traduz-se na obtenção de provas documentais, suas identidades, seus estatutos perante o fisco norte-americano, “para se saber se, de facto, determinada entidade deve ou não contribuir para o fisco”.



Acordo entre Angola e os EUA foi assinado há nove meses

É o regime conhecido pela sigla inglesa “KYC” (Know Your Customer i.e. Conheça o seu Cliente (KYC) um processo usado na regulação bancária em que as instituições financeiras são obrigadas a conhecer os seus clientes directos e indirectos.

Valimamade justifica a necessidade por haver, “hoje em dia, muitos fluxos financeiros que são canalizados para actividades ilegais, e são acordos desse tipo que, no fundo, servem para minimizar esses riscos”.

A execução do FATCA, na sua abordagem não-intergovernamental, aos os bancos detentores de clientes americanos, exige-se que se registem com o IRS (Internal Revenues

Services, a “AGT” dos Estados Unidos), logo um processo ao alcance de poucas instituições nacionais. As instituições seriam ainda obrigadas a assinar uma rigorosa documentação na qual se comprometeriam a fornecer as informações pontuais, regulares e quaisquer ‘due diligence’ que as autoridades norte-americanas precisassem fazer.

Indagado se o Governo angolano poderia tirar partido desse acordo para obter também informações sobre potenciais contribuintes angolanos nos Estados Unidos, já que há países a fazerem o mesmo, o economista da UCAN disse que Angola tem ainda de “melhorar muitas situações.” “Angola

está numa fase de reforma tributária, estamos numa fase em que queremos implementar e alargar a base tributária. Penso que ainda existem muitas situações que Angola deverá melhorar ao nível das instituições da autoridade tributária”, observa. “Neste momento, é um acordo apenas para contribuintes norte-americanos. No caso de Angola, terá de criar, mais tarde, os seus próprios mecanismos”.

A execução do FACTA, no fundo, são os tentáculos do IRS dos EUA a darem corpo a um velho ditado americano: “Nesse mundo, só duas certezas são inevitáveis: a morte e o pagamento de impostos”.

Mercado & Finanças

PARA FINANCIAR MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Banco Sol liberta 670 milhões de kwanzas para o turismo

CRÉDITO. Montante surge de um protocolo entre o Ministério da Hotelaria e Turismo e o Banco Sol e vai dar cobertura a projectos de fomento à indústria do turismo. Acordo vai durar cinco anos renováveis e prevê alocação por classe de empresas.



BNA com dívida de 330 milhões de dólares na Namíbia

O Banco Nacional de Angola (BNA) tem 330 milhões de dólares em dívida no Banco Central Namibiano, ao abrigo do acordo de conversão monetária, assinado entre os dois reguladores, segundo noticiou a imprensa namibiana.

De acordo com o 'The Namibian' – um influente jornal namibiano – do total da dívida, cerca de 390 milhões de dólares acumulados, Angola só pagou 60 milhões, “estando por saldar quase a totalidade da dívida”, acrescentando que o país não compra dólares namibianos desde Dezembro de 2015, operação necessária para a implementação do acordo de conversão monetária.

O acordo de conversão monetária celebrado entre as duas instituições financeiras, em Junho do ano passado, e que, mais tarde, viria a ser suspenso, visa “permitir o câmbio directo entre o kwanza e o dólar namibiano”, deixando de ser necessário, nas transacções manuais, o recurso a moedas não emitidas pelos bancos centrais dos dois países.

O acordo foi retomado em Dezembro do ano passado, mas o Banco da Namíbia “não está em posição de confirmar se a troca de kwanzas por dólares namibianos continua a acontecer em Santa Clara”, asseguram fontes oficiais do banco central namibiano, citados no The Namibian.

Por Nelson Rodrigues

Um protocolo assinado entre o Ministério da Hotelaria e Turismo (Minhotur) e o Banco Sol vai permitir o acesso das micro, pequenas e médias empresas do sector do turismo a uma linha de financiamento no valor de 670 milhões de kwanzas, para o fomento da actividade turística.

O acordo, rubricado no fim da semana passada pelo ministro da Hotelaria e Turismo, Paulino Domingos Baptista, e pelo presidente do conselho de administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, prevê a saída dos montantes por categorias de empresas, em até cinco anos renováveis.

De iniciativa do Minhotur, no âmbito do fomento e promoção do sector a nível do território nacional, a linha de financiamento vai disponibilizar 20 milhões de kwanzas para micro empresas, 150 milhões para as pequenas empresas e 500 milhões de kwanzas para as médias empresas.

A estratégia passa por facilitar o acesso a financiamentos para projectos que possam participar efectivamente no desenvolvimento do turismo em Angola, defende o ministro da Hotelaria e Turismo, Paulino Baptista, para quem a iniciativa é mais

“um passo imprescindível”, para o cumprimento dos objectivos, programas e acções do Plano Operativo do Turismo.

Outro objectivo da iniciativa é, segundo Paulino Baptista, “intermediar o desenvolvimento de parcerias público/privadas, com vista a fomentar os investimentos no sector hoteleiro e turístico, com o propósito de expandir a rede hoteleira, para o aumento da oferta e equilíbrio de preços, estendendo a todos os municípios do país”.

“Os empresários dispõem deste instrumento, agora assinado, para que estabeleçam a sua relação comercial com o Banco Sol, que, com este acto, tenho a certeza de que está pronto a fomentar o desenvolvimento do Turismo no nosso belo país”, assegurou o governante, no que foi seguido por Coutinho Miguel, sobre a importância da linha de crédito aberta para o turismo.

“A indústria turística e hoteleira são importantes para a diversificação das fontes de receitas para o Estado, constituindo janelas económicas e financeiras que deverão contribuir positivamente para a saída da crise económica, financeira e cambial”, defende o PCA do banco comercial que encerrou 2015 com ganhos de 7,4 mil milhões de kwanzas.

CRÉDITO COBRE PROJECTOS VIÁVEIS

O acesso a financiamento está aberto a toda indústria turística, mas só



Mais uma alternativa para as PME

Manuel Tomás © AE

os projectos viáveis poderão beneficiar do serviço, conforme alertou Coutinho Nobre Miguel, ao reforçar a importância e o objectivo do estabelecimento da linha de crédito.

Para o gestor, a construção de uma sociedade “mais equitativa, assente num modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo”, conforme preconizado no Plano Nacional de Desenvolvimento e na agenda da ONU para 2030, “são desafios que

exigem uma classe empresarial forte, que apoie o crescimento e a diversificação da economia”.

“Com a outorga deste instrumento o Banco Sol, que vai comemorar 15 anos de existência, demonstra, com modéstia, realismo e optimismo que está presente nos momentos decisivos do crescimento e desenvolvimento da economia do país”, sublinhou.

*Com Angop

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Empresas & Negócios

CABO SUBMARINO VAI LIGAR ANGOLA À AMÉRICA

Angola Cables à espera de licença para avançar com fibra óptica

TELECOMUNICAÇÕES. A concretização do projecto da Angola Cables, que visa ligar Angola à América, através de um cabo submarino de fibra óptica, está dependente de autorizações de Angola e do Brasil. O plano está orçado em 300 milhões de dólares e pretende melhorar as telecomunicações entre ambos os pontos do planeta.

300

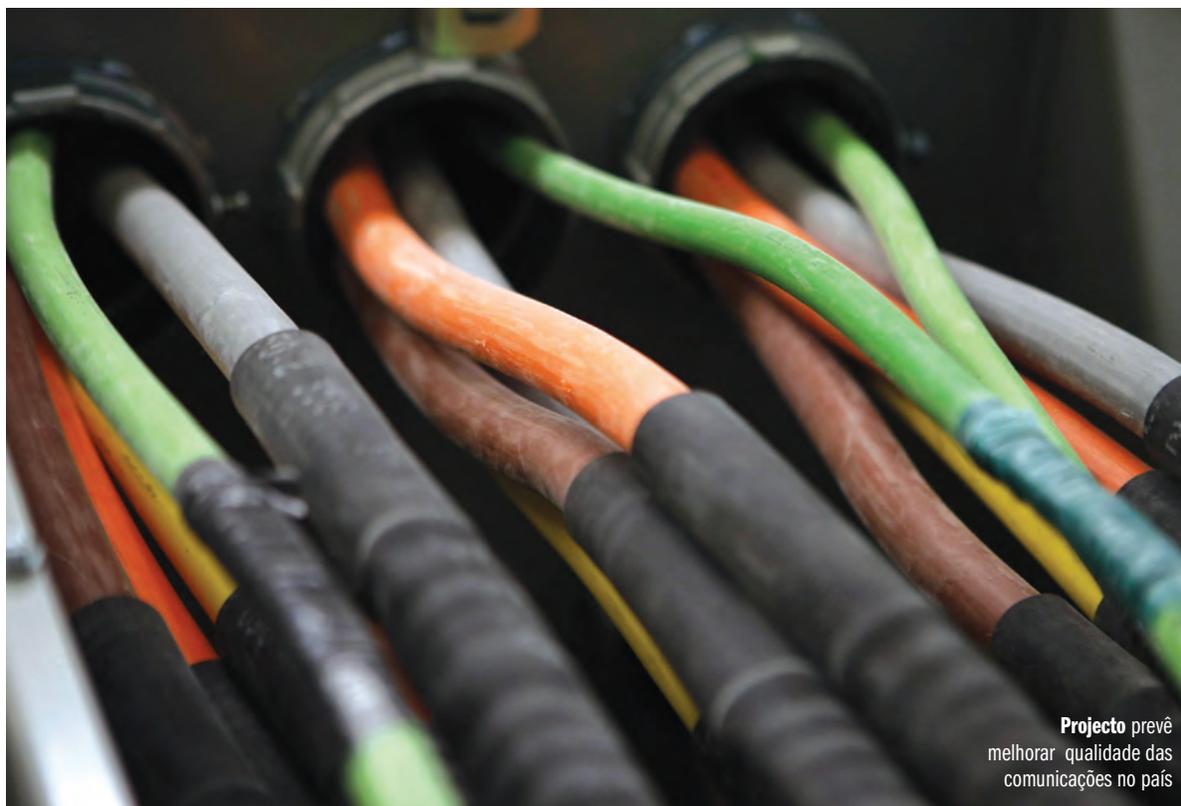
Milhões de dólares, valor do investimento previsto

Por António Miguel

A empresa de conectividade internacional de telecomunicação, Angola Cables, está à espera de autorização das autoridades angolanas e brasileiras para arrancar com o projecto de construção do cabo submarino, SACS, que vai ligar Angola ao continente americano. As licenças estão relacionadas com a permissão de entrada de navios e pessoas para os territórios do Brasil e de Angola, bem como para a realização de estudos de impacto ambiental.

Segundo o responsável do departamento de marketing da Angola Cables, António Costa, que não precisou quando serão emitidas as licenças nem há quanto tempo a empresa espera pelos documentos, o projecto SACS está ainda em fase de preparação do estudo geológico da rota por onde passará o cabo no mar. Este estudo, tecnicamente chamado de desktop survey, deverá começar ainda este mês. Finalizado este processo, explica António Costa, segue-se a fase de estudo das informações do levantamento, que dará informações para a construção física do cabo e a configuração do sistema de comunicações por fibra óptica.

O projecto está avaliado em 300 milhões de dólares e inclui a construção de um outro cabo submarino, o Monet, que ligará Santos e Fortaleza, no Brasil, a Boca Raton, nos Estados Unidos da América, enquanto o SACS ligará Luanda, em Angola, a Forta-



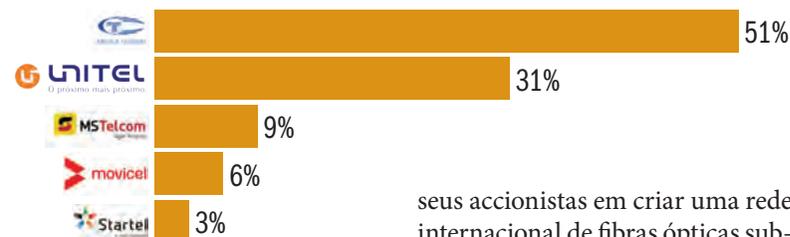
Projecto prevê melhorar qualidade das comunicações no país

Luanda, vai ser o primeiro cabo transatlântico do hemisfério Sul, o que, segundo os investidores, deverá colocar Angola no panorama internacional das telecomunicações, em particular na relação com o Brasil, no que se refere ao transporte de conteúdos digitais entre os dois países. O cabo vai ter um comprimento de 6,165 quilómetros, estando a conclusão da empreitada prevista para o primeiro trimestre de 2018. No entanto, não foi precisada a data de conclusão da obra de Monet, que liga Angola ao Norte do continente americano.

Embora tenha sido criada em 2009, Angola Cables, que tem cerca de cem funcionários, em Angola e Brasil, abriu portas em 2012, aquando da inauguração da Estação de Cabos Submarinos de Sangano, que Liga o país ao West African Cable System, que atravessa a costa oeste africana ligando-a à Europa. A empresa é o fornecedor dos principais operadores de serviços baseados em novas tecnologias de informação, nomeadamente, operadores de telefonia móvel, provedores de internet e distribuidores de conteúdos, como aplicativos e softwares em cloud (capacidade de computação infinitamente disponível e flexível).

A natureza do negócio de cabos submarinos de fibra óptica, sublinha Katyla Silva, é internacional. “Quer dizer que podemos prestar serviço aos operadores de telecomunicações em Angola, mas também a entidades estrangeiras que tenham necessidades de ligações dedicadas a outros pontos em África, Europa ou Ásia ou acesso a redes ou conteúdos que se encontram disponíveis na internet”.

Sócios da Angola Cables



leza, no Brasil. No SACS e no Data-center, em Fortaleza, a Angola Cables é a única investidora, mas, no Monet, a empresa angolana está a custear a construção de apenas 33% do cabo submarino, contando com a parceria de outros agentes estrangeiros do mercado das telecomunicações.

“Os projectos são iniciativas da Angola Cables, numa aposta dos

seus accionistas em criar uma rede internacional de fibras ópticas submarinas, na zona do Atlântico e concretizar o objectivo de fazer de Angola um dos hubs de telecomunicações em África”, explica a gestora de marca, da empresa, Katyla Silva, avançado que a crise financeira que Angola enfrenta não está a ‘atrapalhar’ o calendário de implementação do projecto.

“As ideias surgem na sequência das necessidades ou pelo surgimento de

MEMORIZE

● Embora tenha sido criada em 2009, Angola Cables, que tem cerca de cem funcionários, em Angola e Brasil, abriu portas em 2012, aquando da inauguração da Estação de Cabos Submarinos de Sangano.

oportunidades. Neste caso a Angola Cables está a conjugar ambas. Esta rede faz parte de uma estratégia de desenvolvimento do país e traçada pelo executivo angolano. A Angola Cables está a ser o veículo dessa estratégia e a conjugar os vários factores, que tornam este sonho em realidade”, argumenta a gestora de marca.

O SACS, que liga Fortaleza a



O GRUPO PORTUGUÊS Mota-Engil recebeu cerca de 21 milhões de euros em títulos de dívida pública de Angola como forma de pagamento de empresas públicas angolanas, informou a empresa.



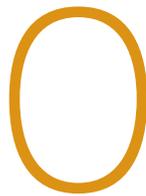
A EMPRESA CORREIOS DE ANGOLA, na província do Namibe, arrecadou, nos sete primeiros meses do ano, 728 mil kwanzas de cobranças de caixas de apartados, tráfico de telégrafos internacionais e fax.

PROCESSO FICOU FINALIZADO NO FINAL DE AGOSTO

Estado extingue empresa Gadil especializada em produtos de limpeza

PRIVATIZAÇÃO. A medida é justificada com a necessidade de se dar tratamento a eventuais reclamações das entidades com direito de crédito sobre o património residual da empresa e outros pendentes.

Por Isabel Dinis



Estado decidiu extinguir a empresa de perfumaria e produtos de limpeza de Luanda, Gadil, e as suas respecti-

vas unidades de produção, nomeadamente a Perlin e Smyrna, depois de ter dado por concluído o seu processo de privatização total. O processo de extinção, no entanto, ficou finalizado no final do mês passado.

A medida vem expressa num decreto executivo conjunto, exarado pelos ministérios da Economia e da Indústria, datado de 30 de Agosto.

A extinção é justificada no documento com a “necessidade de cessar

as actividades da empresa e dar tratamento as eventuais reclamações das entidades com direito de crédito sobre o património residual da instituição e outros pendentes”.

A Gadil deve ser liquidada no prazo máximo de dois anos, contados a partir do fim de Agosto. O Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), em representação do Estado, será a entidade liquidatária.

O documento prevê que o ISEP pode contratar quando o interesse público o justificar, “serviços de qualquer natureza, para a execução das tarefas que lhe competem”.

O ISEP pode ainda, caso haja necessidade, “constituir grupos de trabalho ou comissões especializadas de apoio as actividades de liquidação, constituído por ex-trabalhadores de reconhecida competência técnica e experiência profissional adquirida”.



DECORANG DEVE SER LIQUIDADADA EM 2018

A extinta empresa de tintas e colas de Luanda, Decorang, dissolvida no âmbito do processo de redimensionamento do sector empresarial público deverá ser liquidada também até 2018, como a Gadil. A medida é justificada, num despacho do Ministério da Economia, com a “necessi-

dade de se adoptar procedimentos e actos ao processo de liquidação com vista a dar tratamento às eventuais reclamações das entidades de crédito sobre a empresa e assim como a Gadil de outros pendentes”.

O Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP) vai representar o Estado no processo. O ISEP fica autorizado a constituir grupos de trabalho

MEMORIZE

● Um estudo realizado, há dez anos, a pedido do Governo, propôs que a reestruturação do sector público empresarial, que abrange 216 empresas devia passar pela manutenção de apenas 41.

e comissões especializadas constituídos por antigos trabalhadores de “reconhecida competência técnica e experiência profissional adquirida ao longo dos vários anos de trabalho”.

O Governo iniciou, o ano passado, um processo de privatização e extinção de empresas que estavam paralisadas ou semi-paralisado, e ainda daquelas que constituíam “encargo”. O ministro da Economia, Abraão Gourgel, disse, em Junho do ano passado, que existiam, em Angola, numerosas empresas do sector público a actuar em regime de monopólio, “com reduzida eficiência e competitividade, que não satisfazem as necessidades dos consumidores”. Um estudo realizado há dez anos, a pedido do Governo, propôs que a reestruturação do sector público empresarial, que abrange 216 empresas, devia passar pela manutenção de apenas 41.

GOVERNO DE LUANDA

Publicidade estática rende ao Estado mil milhões Kz

Por Valdimiro Dias

O Governo de Luanda arrecadou, no ano de 2015, receitas estimadas em cerca de 1.085 milhões de kwanzas, resultantes das cobranças pelos serviços de publicidade estática, colocada em diversas artérias da cidade, revelou a responsável do departamento de publicidade desta instituição, Vanuzia Sambo.

O resultado alcançado registou um decréscimo de apenas 1%, com-

parativamente ao período homólogo de 2014, onde as receitas se fixara na ordem de 1.088 milhões de kwanzas.

Nos primeiros sete meses de 2016, o departamento de publicidade do GPL perspectivou facturar, pelo menos, 568,4 milhões de kwanzas, um valor que não deverá superar as receitas obtidas no ano passado, segundo Vanuzia Sambo, justificando que “a situação se deve ao facto de muitas empresas terem deixado de apostar em publicidade estática, devido à actual conjuntura económica do país”. As receitas arre-

cadadas, no primeiro semestre deste ano, caíram para 49%, comparativamente a igual período de 2015, onde as receitas se fixaram na ordem dos 76%.

Naquele departamento do governo provincial estão cadastradas mais de 28 empresas de publicidade, algumas das quais de grande porte e outras novas no mercado, autorizadas a exibir publicidade dos respectivos clientes. Entretanto, apenas metade dessas empresas se mantêm no activo, segundo aquele organismo do GPL.

A nível de Luanda, segundo dados do GPL, o município que exhibe maior



número de publicidade é o Cazenga, devido à presença de muitos estabelecimentos comerciais, seguido pelo Belas, mais propriamente na zona do Benfica,

e a cidade de Luanda, constituindo os sítios mais desejados pelas empresas em publicitar os negócios, por alegadamente serem as áreas mais aliciantes.

(In)formalizando

JOVENS SÃO OBRIGADAS A MUDAR DE VIDA POR CAUSA DA PROCURA

Tranças: do informal para o salão

CABELEIREIROS. As tranças africanas têm dominado a moda. A crise obriga a trocar os cabelos brasileiros pelos postiços. Quem trança faz de uma forma informal, de casa em casa, e até usa as redes sociais para divulgar os serviços. Mas o negócio também cresce para salões rentáveis, como aconteceu a muitas jovens que, por causa do excesso de trabalho, até travaram o rumo da faculdade.

Por Amélia Santos

As tranças rastas e cordeletes passaram a ser opções de moda de muitas senhoras e meninas. Atualmente, a 'febre' até atinge os homens. Entre as mais solicitadas estão as rastas, cordeletes, de mão, finas, linhas forradas, entre outras. É por causa desta arte e da procura elevada que muitas jovens abraçaram esta forma de ganhar o pão de cada

dia. Umam fazem prestação de serviço ao domicílio, outras já têm o seu espaço legalizado. As mais 'modernas' já usam outros instrumentos para divulgar os serviços como Facebook, Instagram, Whatsapp e outras redes sociais. São os meios "mais mediáticos, simples, fáceis e económicos, onde encontramos o público-alvo", considera Graciana Romão.

Aos 23 anos, Graciana Romão, estudante de comunicação social, faz das tranças o principal negócio. Trabalha em casa, mas, sempre que é solicitada, não hesita em ir ao encontro dos clientes. Começou a dar os primeiros passos com apenas 12 anos, simplesmente por "gosto e por poder tratar do seu cabelo, sem precisar de terceiros".

Sem nenhuma formação, aprendeu a fazer quase todos os tipos de tranças da moda, como as cordeletes ou enroladas, aplicação de cabelo brasileiro, puchinhos trabalhados, apanhados, bigodinhos e anéis entre outras.

Tem um espaço próprio (ao qual atribuiu o nome 'KiamiHair') onde trabalha com mais duas jovens. O valor mínimo das tranças é de cinco mil kwanzas e a mais cara pode chegar até aos 25 mil.

A média semanal de clientes, no seu espaço, varia muito. Há semanas em que não tem clientes e há outras em que há muitos clientes, pois depende da altura do ano, cacimbo ou calor, e das tendências da moda.

O pagamento às funcionárias

Gisela Domingos, ladeada de duas funcionárias.



Santos Samuessa © VE



“O preço das tranças varia entre os cinco mil e os 20 mil kwanzas, dependendo se o postigo pertence ao cliente ou ao salão.”

depende de um acordo, feito no momento da contratação em função das competências e do tipo de tranças que cada uma sabe fazer. “Analisa-se o ‘know-how’ que ela poderá ter e estabelecemos um acordo de lucro por cliente.” Além de fazer as tranças, a jovem também vende postiços, mas só para os clientes que pretendam trançar naquele espaço.

DE CASA PARA O NEGÓCIO

A pagar uma renda de 50 mil kwanzas mensais encontra-se o salão ‘Gissol Tranças Afrikanas’, de Gisela Domingos, de 24 anos. Foi aos 14 anos que começou a dar os primeiros passos, apenas por pura curiosidade, mas, depois de algum tempo, decidiu levar a coisa mais a sério até ganhar a confiança dos clientes. Fazia tranças ao domicílio, de um modo informal, sem espaço próprio. Cresceu, fez dos pequenos trabalhos um negócio e hoje já tem um estabelecimento que emprega mais oito funcionárias. Cada uma tem um salário mínimo de 35 mil kwanzas, mas esse rendimento pode depender da qualidade do trabalho.

Amélia Tavares, de 22 anos, é uma das funcionárias do salão, há mais de oito meses. Quando entrou, não sabia muito, mas, com ajuda da ‘boss’, foi aperfeiçoando e hoje já se considera também uma “boa profissional”. Diferente dos outros salões, a ‘Gissol Tranças Afrikanas’, localizada na Maian-

20

Mil kwanzas, valor máximo cobrado por algumas cabeleireiras de rua em Luanda

8

Mil kwanzas, valor mínimo cobrado por algumas cabeleireiras de rua em Luanda

30

Mil kwanzas, valor mínimo de salários praticados no mercado cabeleireiro

ga, é especializada só em postiços. Em média, tem 25 clientes diários, com marcação prévia. O preço das tranças varia entre os cinco mil e os 20 mil kwanzas, dependendo se o postigo pertence ao cliente ou ao salão.

Gisela Domingos teve de ‘trancar’ a faculdade no segundo ano, por causa da afluência de clientes, mas pretende, já no próximo ano, dar continuidade aos estudos e agarrar outros projectos que também teve de deixar de parte, como uma agência de moda que chegou a gerir.

SALÃO RENTÁVEL

Aos 34 anos, Natália dos Santos é proprietária de um salão de cabeleireiro desde 2006, no Mártires de Kifangondo. A sua especialidade não é apenas tranças, mas teve de “acompanhar” a moda para não ficar de fora das tendências. No salão ‘Naty Kid’, todo legalizado e a pagar impostos, trabalham mais três profissionais que tratam das unhas, fazem tranças, desfriso, aplicações de cabelo, penteiam noivas, entre outros trabalhos.

Para abrir o salão, Natália dos Santos fez uma formação na área de corte de cabelos no Brasil pela Loreal, e outros cursos de maquiagem em Luanda. Como profissional, garante que os salões de cabeleireiro “são rentáveis” e que o salário mínimo de uma funcionária nunca é inferior a 30 mil kwanzas. Com o rendimento do salão, sozinha, consegue pagar a sua faculdade, onde estuda ‘Relações Internacionais’, o colégio do filho e enfrenta outras despesas.

Além de atender no salão, está sempre disponível para responder às solicitações das clientes que preferem tratar do cabelo em casa.

PUB

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center
(+244) 947 992 829
(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



No salão de Natália dos Santos, para além do tratamento do cabelo, fazem-se manicures e outros serviços

DE JURE

PETRÓLEO E GÁS

Decreto 'anima' campos marginais



O Presidente da República estabeleceu, por via de decreto, o “Procedimento e os Incentivos para a Adequação dos Termos Contratuais e Fiscais Aplicáveis às Concessões onde sejam efectuadas Descobertas Marginais”.

Datado de 13 de Junho, o documento tem como base a Lei de Autorização Legislativa, aprovada pela Assembleia Nacional em Maio, que autoriza o Titular do Poder Executivo a legislar sobre os procedimentos acima descritos.

O diploma, ora exarado, disciplina o procedimento para a declaração de descobertas marginais, bem como os incentivos para a adequação dos termos contratuais e fiscais aplicáveis às concessões onde sejam efectuadas descobertas marginais, ambos dependentes de decisão do Ministério dos Petróleos sob proposta da Sonangol E.P.

Para o efeito, o operador pode solicitar à Sonangol E.P, de forma fundamentada, tendo em conta os critérios elencados no diploma, que determinada descoberta seja considerada marginal para efeitos de Declaração de Descoberta Marginal.

Os incentivos fiscais previstos, aplicáveis exclusivamente a uma zona qualificada, incidem, entre outros pressupostos, sobre as taxas de Imposto de Produção de Petróleo (IPP) e de Imposto sobre o Rendimento de Petróleo (IRP).

APROVADA NA ASSEMBLEIA NACIONAL EM ABRIL DESTE ANO

Lei dos Contratos Públicos em vigor a partir deste mês

A nova Lei pretende modernizar e simplificar os procedimentos de contratação pública.



NOVA LEGISLAÇÃO. Depois de ter sido aprovado na Assembleia Nacional, em Abril, a nova Lei dos Contratos Públicos deverá entrar finalmente em vigor no próximo dia 16 do corrente mês. O novo diploma defende a racionalização, a redução e o controlo dos gastos públicos.

Por António Nogueira

A

novidades a consagração expressa do procedimento de contratação

simplificada aplicável à celebração de contratos de valor reduzido, bem como às situações materiais que justificam a adopção de um procedimento não concorrencial.

“A proposta vem eliminar a fase de qualificação do concurso público, clarificando a diferença entre este procedimento e o concurso limitado por prévia qualificação, assim como a eliminação do procedimento de negociação, consagrando, simultaneamente, a

16

de Setembro, data em que entra em vigor o novo documento sobre contratos públicos.

faculdade de a entidade pública contratante enxertar em qualquer procedimento de contratação pública uma fase de negociação das propostas”, indica uma nota produzida pelo legislador.

O documento saliente ainda que o novo instrumento legal vem igualmente eliminar o procedimento especial denominado “sistemas de aquisição dinâmica electrónica”, tendo em conta que a prática nacional e internacional revelou a sua quase nula utilidade.

Finalmente, o legislador sugere a eliminação do procedimento especial para contratação de serviços de consultoria, passando a estar submetidos ao regime geral de contratação aplicável às aquisições de serviços, para além da instituição de um novo regime dedicado aos acordos-quadro, como instrumentos especiais de contratação.

Porém, “a presente lei não pretende apenas congrega o regime de formação dos contratos mais relevantes na prática administrativa nacional”, assinala-se no comunicado, ressaltando que a Lei incorpora também o regime de execução de contratos referentes a empreitadas, bens e serviços.

O Governo, através do Ministério das Finanças, entende que a “revisão serve para corrigir o cenário legislativo actual, no qual, entre os principais contratos celebrados pela administração pública, apenas o contrato de empreitada vê a sua execução especificamente regulada por lei, originando preocupantes lacunas e uma intolerável insegurança jurídica no tocante aos direitos e obrigações assumidos pelas partes dos frequentes contratos que a administração celebra e que têm por objecto bens e serviços”.

A Lei dos Contratos Públicos, após a sua publicação, revogará a Lei da Contratação Pública (Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro).



1ª BIENAL

Direito da Saúde

DIREITO DA SAÚDE E RESPONSABILIDADE MÉDICA

13 e 14 | Setembro | 2016

Memorial Dr. António Agostinho Neto Luanda

INFORMAÇÕES

www.cedp-angola.com | cedp@cedp-angola.com | T.: 931 916 780

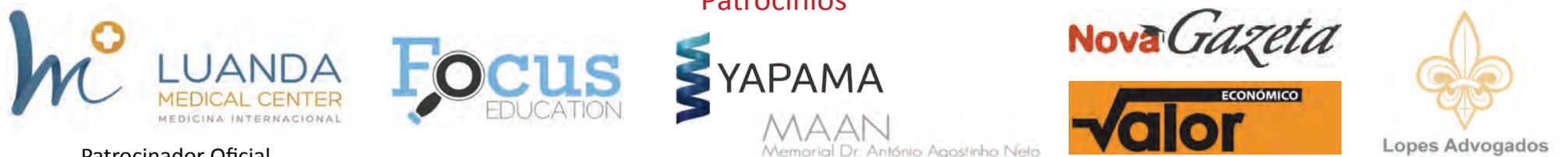
Organização



Participação



Patrocínios



Patrocinador Oficial

Gestão

LINGUAGEM DO MARKETING TEM MUDADO COM O TEMPO

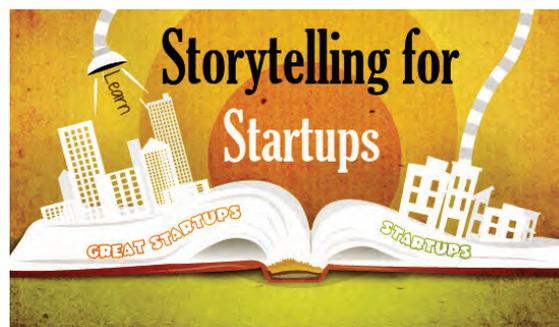
Quer ser bem sucedido? Mude de estratégia

PUBLICIDADE. Usar técnicas antigas para vender ou convencer alguém de que se tem um produto “melhor do mercado” já não resulta. As conversas e as expressões em inglês definitivamente entraram no mundo dos negócios, mas também elas vão sofrendo mutações. Muitas continuam ‘in’, mas as mais importantes já estão ‘out’ e mudaram de face.



CONTAR UMA HISTÓRIA

ANTES: STORYTELLING



Há marcas que sempre emocionaram o público, a contar histórias. Sobre tudo as que estão mais ligadas ao ramo da saúde. A expressão ‘to learn by heart’ (saber algo ‘de cor’, ou literalmente, ‘aprender através do coração’) já passou de moda. Hoje, com a excepção de organizações humanitárias, poucos recorrem a contar histórias, que mexam com os sentimentos.

AGORA: STORYSELLING



No ‘storyselling’, a estratégia é diferente: parte do ‘bottom-up reasoning’ (ou ‘o raciocínio de baixo para cima’). Usa-se campanhas, mas contando as experiências dos consumidores, que vão variando conforme o perfil do produto. Evita-se assim a lágrima fácil e dá-se mais importância ao sucesso que um determinado produto pode ajudar a obter.

LOJAS ELECTRÓNICAS

ANTES: E-COMMERCE

A expressão ‘e-commerce’ foi inventada para se referir ao comércio electrónico, ou seja, quando, no caso as vendas, sejam apenas utilizadas as plataformas digitais. Quando surgiu, com o advento da internet, tornou-se uma maneira mais fácil de vender, com a probabilidade de chegar a mais gente e em áreas geográficas maiores. E sem lojas com rendas mensais para pagar. A venda é feita no próprio site da empresa, com entregas ao domicílio, pessoalmente ou por correio.

AGORA: MARKETPLACE

É uma espécie de hipermercado ‘online’. O ‘e-commerce’ mais amplo, em que várias marcas oferecem produtos e serviços num único local, no caso, num único site. O sistema de entrega é o mesmo. Mas aqui, o consumidor, tal como nos supermercados, encontra tudo numa única página electrónica sem necessidade de andar a percorrer vários sites. Ao mesmo tempo, é seduzido por outras marcas ou produtos que, à partida, nem sequer procurava.

JORNAL DE UMA FOLHA

ANTES: NEWSLETTER

A ‘newsletter’ teve o ‘boom’ na década de 1980. Primeiro apenas em papel, com uma única folha, como um jornal de uma única página. A ideia era dar uma (ou mais) informação precisa sobre um determinado assunto. Uma forma de informar, mas mais virada para a publicidade. Até os políticos a usaram. Depois evoluiu para o formato digital, enviada apenas por e-mail. Continuou uma folha, mas com um destinatário certo e só para quem fornecesse o endereço electrónico. Ou seja, limitou o campo de acção, com a agravante de haver um ‘spam’ a atirar a mensagem para o lixo.

AGORA: APPS

É um ‘software’ desenvolvido para ser instalado em telemóveis (‘smartphones’), por exemplo, ou ainda em ‘tablets’. A sigla ‘app’, de aplicação, tornou-se tão popular que até foi escolhida como a ‘palavra do ano’ em 2010, pela American Dialect Society. Actualmente, muitas empresas investem em ‘apps’ para divulgação dos produtos e serviços, e, aos poucos, vão derrotando as ‘newsletters’.

PUBLICIDADE DISFARÇADA

ANTES: ADS



É a forma abreviada de ‘advertising’, ou seja, de anúncio ou, de uma forma mais corriqueira, de publicidade. O termo está ligado à criação e à compra de espaços nos jornais, rádios ou televisão. O objectivo é vender uma marca, produto ou serviço. O anúncio chega a um determinado consumidor que vê, ouve ou lê apenas um único produto. A força do hábito também faz com que, à partida, o consumidor identifique de imediato o anúncio, como sendo isso mesmo: publicidade favorável à marca que paga o ‘advertising’

AGORA: SOCIAL MEDIA INFLUENCER MARKETING



Um ‘influencer’ (um youtuber, snapchat, blogger, etc) tem como missão vencer um número alargado de consumidores sobre uma determinada marca, atingindo pessoas que as equipas de marketing não conseguiram chegar. A estratégia passa por dar uma opinião, favorável, claro. Em política, são conhecidos por ‘opinion makers’ (fazedores de opinião). No mundo empresarial e comercial, são os ‘influencers’. Dizem as marcas que tem sido impressionante a capacidade destes influenciadores em cativar o público. Ou também para destruir marcas, em especial, quando usam plataformas como as redes sociais, em que o Facebook e o Youtube lideram.



Roteiro para a educação até 2030



Helle
Thorning-
Schmidt,

Quando visitei o campo de refugiados de Zaatari, na Jordânia, no início deste ano, encontrei crianças que me disseram o que significa educação para elas. Para os jovens sírios que foram forçados a deixar as casas e perderam tudo, a educação é mais do que a simples qualificação ou resultados dos testes: encarna a esperança no futuro.

Crianças como aquelas em Zaatari – e milhões de outras pelo mundo – são fundamentais para o trabalho da Comissão Internacional sobre o Financiamento e Oportunidade para uma Educação Global, que integro desde Setembro do ano passado. Esta comissão está comprometida com o quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que visa, em 2030, “garantir a educação inclusiva de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.”

Esse objectivo ainda é uma perspectiva distante para muitas crianças. Com tantas questões de desenvolvimento a exigir a nossa atenção, os formuladores de políticas devem ter em mente que a educação não é apenas um bem em si mesmo; é também um catalisador para muitos outros ganhos de desenvolvimento.

Como diz um velho provérbio africano, “quando educas uma menina, educas uma nação inteira”. Garantir o acesso à educação de qualidade, especialmente para meninas, leva a menos casamentos de crianças, menos trabalho infantil e menos exploração. A educação tem benefícios sociais a longo prazo: além de um maior envolvimento político, as crianças educadas contribuem com capital intelectual na procura de soluções empresariais. Quando crescerem, são elas que vão impulsionar o crescimento económico.

Enfrentar o desafio da educação deve começar a partir de dois princípios interligados. Em primeiro lugar, temos de nos concentrar nas

crianças que foram deixadas para trás. Milhões de crianças estão fora da escola ou recebem uma educação abaixo do padrão por serem quem são e por viverem onde vivem. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, as crianças refugiadas são cinco vezes mais propensas a estar fora da escola do que as outras crianças dos países para os quais foram deslocadas. Nos países africanos, as meninas têm menos possibilidades de completar uma educação primária do que os rapazes. Criar uma escolaridade verdadeiramente acessível e relevante para todos exige novas abordagens que incidam nas razões para essa exclusão.

Em segundo lugar, a ‘qualidade’: a educação deve ser eficaz para que as crianças realmente aprendam. Para os 61 milhões de crianças, que não frequentam a escola primária, a educação formal está fora de alcance. Mais de um terço das crianças em idade escolar primária - 250 milhões - não aprende o básico, de acordo com o Relatório de Monitoramento Global da UNESCO, ‘Educação para Todos’. Mas metade destas crianças frequentam a escola, pelo menos, durante quatro anos. Temos de enfrentar as barreiras à aprendizagem, tanto na sala de aula como em casa, através da melhoria da qualidade das condições de ensino e de sala de aula e ensinar aos pais como podem apoiar a educação dos filhos.

Manter estes dois princípios exige um maior investimento. No ano passado, a UNESCO calculou que os governos devem dobrar os gastos com a educação para alcançar os objectivos traçados para 2030. Isso exige ter um aumento de receitas provenientes dos impostos, fazendo mais esforços para recolher o que for preciso.

Os doadores também precisam de viver de acordo com os compromissos de ajuda, escolhendo quem devem auxiliar de uma forma mais eficaz. Por exemplo, menos de um terço da ajuda à educação vai para África, embora a região seja responsável por quase dois terços das

crianças que se encontram fora da escola. Além disso, actualmente, os orçamentos da educação são muitas vezes regressivos, com quase metade dos gastos dos países mais pobres a serem alocados aos 10% da população mais educada,

O investimento em educação requer uma acção em duas áreas-chave. Em primeiro lugar, precisamos de financiamentos justos, com mais investimentos nos cuidados na primeira infância, na qual existe maior potencial de retorno. Os orçamentos devem ser focados nas crianças mais excluídas e a educação primária deve ser livre de modo a que cada criança possa aprender. Precisamos também, urgentemente, de mais transparência e responsabilidade, de modo a que os orçamentos sejam visíveis e as comunidades tenham uma palavra a dizer na gestão das escolas.

Em segundo lugar, precisamos de fortalecer os sistemas de ensino nacionais para que os governos garantam escolas acessíveis, de qualidade, para os seus cidadãos, em vez de abdicar desse papel de serem agentes do desenvolvimento. Em particular, devemos incentivar as parcerias entre governos e empresas, com um aumento de recursos nacionais para a educação e eliminando os fluxos de capitais ilícitos, como a evasão fiscal e a lavagem de dinheiro através das fronteiras nacionais, que privam os governos de ter meios para a financiar.

Com estas prioridades em mente, a Comissão de Educação vai entregar as suas recomendações na Assembleia Geral da ONU a 18 de Setembro. A Comissão de Educação será bem sucedida se for capaz de alavancar o financiamento e a vontade política para garantir que cada criança aprenda, independentemente do seu rendimento, localização ou ‘status’ social. O nosso trabalho não estará completo até que isso aconteça.

ex-primeira-ministra da Dinamarca, directora-executiva da ONG ‘Save the Children’ e membro da Comissão Internacional sobre o Financiamento e Oportunidade para uma Educação Global.

Os orçamentos devem ser focados nas crianças mais excluídas e a educação primária deve ser livre de modo a que cada criança possa aprender. Precisamos também, urgentemente, de mais transparência e responsabilidade, de modo a que os orçamentos sejam visíveis e as comunidades tenham uma palavra a dizer na gestão das escolas.

Internacional

DILMA ROUSSEFF DESTITUÍDA INSISTE QUE FOI VÍTIMA DE UM GOLPE DE ESTADO

Brasil numa nova encruzilhada

DESTITUIÇÃO. Depois de uma longa luta, no Senado, Dilma Rousseff acabou mesmo por ser destituída, mas vai recorrer. Desde 1930, apenas por quatro vezes, um presidente terminou o mandato para que foi eleito. Michel Temer tomou as rédeas do poder, mas com forte oposição interna e externa.

61

Senadores votaram a favor da destituição e 20 foram contra. Ainda assim, Dilma poderá candidatar-se em 2018.



GABÃO

Eleições contestadas

O parlamento do Gabão foi incendiado e pelo menos cinco pessoas morreram e outras 27 ficaram feridas, durante confrontos em Libreville que começaram mal foi anunciado o resultado final das eleições presidenciais.

Foram precisos quatro dias para se saberem os resultados das presidenciais que deram a vitória ao actual presidente Ali Bongo Odimba, filho do anterior líder do país, o histórico Omar Bonda. Desta vez, o mandato é de sete anos. No final, a família vai tornar-se uma das mais duradouras no poder em África, há mais de 50 anos, quase desde a independência. Omar Bongo governou o Gabão durante mais de 40 anos, usando a riqueza petrolífera do país.

O Parlamento fica na Avenida Triomphal, onde se localizam outras instituições importantes, como a televisão estatal, a câmara municipal, o Centro Cultural Francês, o Ministério do Petróleo e as embaixadas da China e da Rússia. As forças de segurança guardavam as ruas desde o dia anterior, prevenindo confrontos.

“Ali tem de ir embora”, gritaram os manifestantes, que tentaram invadir as instalações da Comissão Eleitoral.

Por Emídio Fernando

Lula da Silva, em dois mandatos, Dutra e Fernando Henrique Cardoso podem orgulhar-se de serem os únicos presidentes, em 86 anos, que terminaram os mandatos para que foram eleitos. Dilma Rousseff, como se esperava, foi a última a cair, depois da votação do Senado na semana passada. Acabou por ser condenada por ter assinado três decretos de créditos suplementares em 2015 sem a autorização do Congresso e por ter usado dinheiro de bancos públicos em programas do Tesouro, realizando manobras contabilísticas, as popularmente chamadas “pedaladas fiscais”. No Senado, defendeu-se, provou a inocência, mas a sentença estava praticamente ditada. 61 senadores votaram a favor da destituição, 20 foram contra. Apesar disso, Dilma Rousseff manteve os direitos políticos e poderá voltar a candidatar-se em 2018.

A destituição recebeu os aplausos imediatos dos patrões. As federações das Indústrias trataram de, em comunicado, elogiar o processo por ter chegado ao fim e exigiram medidas para “endireitar a economia”. O presidente interino, agora de facto, partiu para a China, para participar no encontro do G20, que reúne as maiores economias do mundo. Ao governo, Michel Temer adiantou que era a oportunidade para anunciar a “novidade brasileira” e atrair investimentos. “Estamos viajando exacta e precisamente para revelar aos olhos do



Bolívia, Venezuela, Nicarágua e Equador condenaram “o golpe de Estado parlamentar”.

mundo que temos estabilidade política e segurança jurídica”, garantiu.

Do lado oposto, parte dos parceiros do Mercosul já se manifestou contra o novo presidente, Michel Temer. Bolívia, Venezuela, Nicarágua e Equador condenaram, na Organização dos Estados Americanos (OEA), “o golpe de Estado parlamentar”. A China e a Rússia, membros como o Brasil do BRIC, limitaram-se a informar que não

querem “interferir nas questões internas”, mas, na semana passada, Moscovo admitia chamar o embaixador, enquanto a Venezuela ameaçou com um corte diplomático. Os EUA mostraram-se dispostos a respeitar a decisão do Senado brasileiro. Dezenas de deputados, na Europa, assinaram uma petição para que a União Europeia interrompesse as relações com o Brasil e suspendesse os acordos com

o Mercosul, enquanto durasse a actual presidência.

Michel Temer vai ser presidente por dois anos e quatro meses.

Nas ruas, milhares de pessoas protestaram em várias cidades, especialmente em São Paulo, contra a destituição. Vários autocarros foram queimados e a polícia lançou gás lacrimogéneo. “Fascistas, golpistas não passarão” foi uma das frases repetidas pelos manifestantes.

Michel Temer, ex-vice-presidente de Dilma Rousseff, vai governar um país com mais de 12 milhões de desempregados e que atravessa um crise política e económica há nove meses.

A defesa de Dilma Rousseff anunciou a intenção de recorrer, primeiro, no Supremo Tribunal Federal e, depois, internacionalmente. José Eduardo Cardozo, advogado da agora ex-Presidente, falou num “dia de luto para a democracia brasileira”: “Entendemos que não existem pressupostos formais. Há uma série de violações ao devido processo legal e também porque falta a chamada justa causa, o motivo para a destituição.

Do lado político, o partido de Dilma Rousseff anunciou que não vai reconhecer o governo. A senadora Fátima Bezerra respondeu aos jornalistas que o processo foi uma “infâmia”. “A lição que fica hoje para o Brasil e para o mundo é uma lição deplorável de desrespeito à Constituição e de desrespeito pela soberania popular”, venceu.

A senadora do PT avisou ainda que os “movimentos sociais” estão “fortemente mobilizados para enfrentar a agenda do golpe”.

As eleições brasileiras estão previstas para Dezembro de 2018.

TIMOR-LESTE inicia, este mês, um processo de levantamento sobre os recursos humanos, que decorre até Fevereiro de 2017, e pretende ajudar o governo a melhor definir as políticas em várias áreas.



NOS EUA, foram criados apenas 151 mil novos postos de trabalho, em Agosto, abaixo das expectativas dos analistas de 180 mil e abaixo dos 275 mil criados em Julho. A taxa de desemprego permaneceu inalterada nos 4,9%.



A Comissão Europeia exige o pagamento, à Irlanda, de 16 mil milhões de dólares.

FUGA AOS IMPOSTOS

Apple contra Europa

O principal responsável da Apple, Tim Cook, não escondeu a indignação com a decisão da Comissão Europeia de exigir à empresa tecnológica o pagamento à Irlanda de 16 mil milhões de dólares por impostos não cobrados entre 2003 e 2014. O CEO da Apple considera

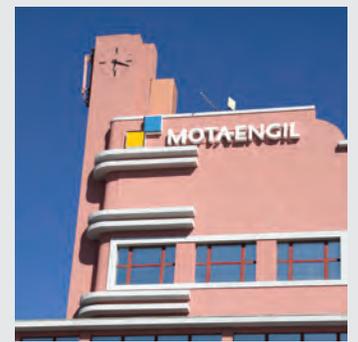
a medida “um disparate político”. “Foram buscar um número não sei onde. Durante o ano em que a comissão diz que pagámos essa taxa de imposto, pagámos 400 milhões de dólares. Devemos ser o maior contribuinte na Irlanda nesse ano”, afirmou em entrevista ao jornal Irish Independent.

Tim Cook garante que “não houve benefício de um tratamento fiscal privilegiado” da Irlanda e disse esperar que o país recorra da decisão, des-

tacando que a Apple também vai recorrer, dizendo que “não tem de se desculpar” e que o governo irlandês “não fez absolutamente nada de mal”.

“Estamos na Irlanda há 37 anos, temos uma história de amor longa e estou confiante de que o governo vai tomar a decisão certa, mantendo-se firme e ripostando”, adiantou em declarações à televisão RTE.

Logo depois de ter sido anunciada a decisão de Bruxelas, a Irlanda indicou que iria recorrer.



RUANDA

Mota-Engil constrói aeroporto

A Mota-Engil África vai construir o novo aeroporto de Kigali, no Ruanda, num projecto de 818 milhões de dólares. O grupo português, que também tem negócios em Angola, venceu o concurso público para a construção do aeroporto, a 40 quilómetros da capital ruandesa.

A filial africana deverá ter concluído a primeira fase em Dezembro de 2018 e terá de entregar o empreendimento completo até 2020. Fica ainda responsável pela gestão do aeroporto durante 25 anos, com mais 15 de opção.

O novo aeroporto ruandês deverá ter capacidade para acolher mais de 4,5 milhões de passageiros, contra os actuais 1,5 milhões que passam por Kigali. Foi projectado em 2011 com a ambição de ser um dos maiores aeroportos de África.

A filial africana da Mota-Engil tem marcado presença na África Austral, nomeadamente em Angola. Está a construir o aeroporto internacional de Luanda e um terminal do aeroporto de Cabinda e foi responsável pela conversão da Baía de Luanda, entre outros projectos. Tem também obras em Moçambique e Malawi. Em África, emprega mais de 15 mil pessoas de um total de 29 mil de todo o grupo.

CANDIDATO REPUBLICANO A 'ZEROS'

Negros contra Trump

O eleitorado afro-americano parece ser uma batalha perdida para Donald Trump, que deverá votar massivamente nos democratas. Uma sondagem do Public Policy Polling mostrava, em finais de Agosto, que a aprovação de Trump entre os eleitores negros era de 0% (não é erro, é mesmo zero). Ao contrário dos hispânicos, que tem hostilizado, chamando “violadores e traficantes” aos mexicanos e acusando-os de roubar os empregos dos norte-americanos, Trump até tem

apelado ao voto dos negros. A última sondagem geral da Fox News dá-lhe 42% das intenções de voto face aos 48% da ex-primeira-dama. Entre os hispânicos, a rejeição é um pouco menor. Também em Agosto, uma sondagem da FOX News Latino mostrava que 66% dos latinos tencionam votar em Hillary Clinton, enquanto 20% escolheu Trump, valores que reflectem a tendência dos últimos anos.

Já um sexto da população americana, os hispânicos - de origem mexicana, cubana, porto-riquenha ou de mais duas dezenas de países - são uma minoria em crescimento, cada vez mais influente politicamente.



Uma sondagem mostrava que a aprovação, entre os negros, era de 0%.



MOÇAMBIQUE

Divida mais complicada

O secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Murade Murargy, reconheceu que uma solução para o problema da dívida Moçambicana “está difícil”, acreditando, no entanto, “numa saída”. “A dívida está a ser discutida com instâncias internacionais, mas creio que vão encontrar uma saída”, afirmou o diplomata que se manifestou optimista quanto a uma solução para a crise.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e os principais doadores suspenderam o apoio financeiro, depois da descoberta, em Abril, de dívidas de mais de mil milhões de euros avalizadas pelo anterior Governo, entre 2013 e 2014, à revelia da Assembleia da República e das ins-

tituições financeiras internacionais.

O país enfrenta uma crise económica e financeira, caracterizada por uma queda no investimento, acelerada depreciação do metical e uma inflação galopante.

Moçambique está a braços com confrontos militares no centro e norte, opondo as Forças de Defesa e Segurança e o braço armado da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), principal partido da oposição, que rejeita os resultados das eleições de 2014. “O diálogo entre as partes está a avançar, provavelmente, até Setembro, haverá, em termos políticos e militares, uma saída para a crise que se vive neste país.”

O presidente moçambicano, Filipe Nyusi, tem afirmado que a transparência e a abertura perante a comunidade internacional são “inevitáveis”, para que o país volte a ganhar a confiança dos seus parceiros”, defendendo medidas “urgentes e arrojadas”.

Ambiente

PRAIA, EM CABO VERDE, VOLTA A RECEBER A VISITA DA ESPÉCIE AMEAÇADA

Tartarugas (pouco) protegidas

BIOLOGIA. São espécies ameaçadas e, por isso, protegidas. Mas também muito procuradas por caçadores e consumidores. Cabo Verde tem uma legislação própria, mas continua com dificuldades em fazer cumpri-la. As tartarugas começaram as desovas na capital cabo-verdiana.

As tartarugas regressaram este ano a uma das principais e mais movimentadas praias da capital de Cabo Verde (Quebra Canela) para a desova, correndo sérios riscos de serem capturadas, mas as autoridades já estão em alerta.

Quatro anos depois, as tartarugas estão a procurar a praia de Quebra Canela, para desova, sempre à noite, correndo sérios riscos de serem capturadas, disse à agência Lusa, Amarílio Barros, sócio-gerente da esplanada Kebra Kabana, a poucos metros da praia.

Segundo o responsável, as primeiras tartarugas começaram a aparecer há cerca de 15 dias, sempre à noite, tendo até agora avistado três desses animais. Amarílio Barros tentou alertar as autoridades cabo-verdianas, mas não obteve qualquer resposta, pelo que optou por proteger as tartarugas pelos seus próprios meios, no âmbito da responsabilidade social do estabelecimento comercial.

O gerente reforçou a segurança para vigiar a praia de noite e também realiza acções para alertar as pessoas para não mexerem nem perturbarem as tartarugas que regressam à praia quatro anos depois de terem sido avistadas pela última vez.

A praia de Quebra Canela, a poucos quilómetros do centro, é a mais frequentada na capital de Cabo Verde pela população local e por turistas, sobretudo durante os fins-de-semana e na época de férias.

À agência Lusa, Sónia Araújo Lopes, da Direcção Nacional de Ambiente de Cabo Verde, confirmou que aquela instituição teve conheci-



A carne e os ovos das tartarugas são procurados para petiscos. As carapaças são usadas para adornos.

mento, a semana passada, do aparecimento de tartarugas na praia e prometeu “trabalhar para alertar a população” e “proteger as espécies”.

Foi reforçada a segurança e protecção da zona, em colaboração com a Polícia Marítima e a Polícia Nacional, que farão a vigília ao local para evitar que as tartarugas sejam capturadas.

Esta não é a primeira vez que tartarugas tentam desovar na praia, sendo que este ano, excep-

cionalmente, tem havido muitas desovas na zona, que também é muito frequentada para a prática de exercícios físicos e desportos náuticos. “A polícia já está ciente da situação e alertamos a toda a população para colaborar e evitar não capturar e consumir tartarugas, porque são dois actos ilegais”, salientou Sónia Araújo.

Habitualmente, a desova das tartarugas ocorre entre Julho e Outubro. Em relação a Cabo Verde, em geral, a responsável da Direcção Nacional do Ambiente indicou que, este ano, têm aparecido muitas tartarugas nas praias, o que “tem motivado muita apanha, mas também muitas denúncias”.

Sónia Araújo está convencida de que as denúncias são fruto do engajamento e trabalho de sensibilização, de décadas, junto da população sobre a necessidade de se defender esta espécie protegida.

Cabo Verde criou uma legislação para proteger as tartarugas marinhas pela primeira vez em 1987, proibindo a captura em épocas de desova. No entanto, durante anos, a espécie não esteve protegida. A carne e os ovos das tartarugas são muito procurados para servirem de petiscos, nuns casos, enquanto as carapaças dos animais mais velhos são usados para adornos.

As medidas de conservação actuais prevêm também a protecção e monitorização das praias com recurso ao voluntariado e, em alguns casos, às Forças Armadas e com uma aposta em acções de sensibilização dinamizadas por organizações não-governamentais (ONG).

Mas, em Maio, um estudo, promovido pela Turtle Foundation, em colaboração com o Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP), e publicado pela revista interna-

MEMORIZE

● **As desovas** das tartarugas ocorrem entre Julho e Outubro. Nessa época, as espécies procuram as praias que, no caso de Cabo Verde, são as mais frequentadas. A apanha e o comércio da tartaruga são proibidos por convenções internacionais e por leis do próprio país. O animal tem sido muito cobiçado por causa da carne e da carapaça.



cional de conservação Oryx, concluiu que as medidas adoptadas pelo país para preservar as tartarugas marinhas eram “insuficientes para travar a sua captura e o consumo ilegal”.

Os autores da investigação alertaram, por isso, para “a necessidade de rever as medidas de conservação, trabalhando directamente com caçadores e consumidores”.

A população de tartarugas marinhas ‘*Caretta caretta*’ de Cabo Verde é a terceira maior do mundo, sendo apenas ultrapassada pelas populações na Florida (Estados Unidos) e em Omã (Golfo Pérsico).

As tartarugas visitam as praias para construir os ninhos e depositar os ovos, estimando-se que em Cabo Verde 85% a 90% da nidificação ocorra nas praias da ilha da Boavista. A espécie está protegida e é considerada em vias de extinção.

15

de Agosto, data em que começaram a aparecer as primeiras tartarugas praias de Cabo Verde.

Educação & Tecnologia



A energia renovável é que vem de recursos naturais renováveis

17

Mil milhões de kwanzas, valor estimado do projecto de energia eólica que está a ser construído no Tômbwa, Namibe.

sol, vento, chuva, marés e energia geotérmica. Angola está a construir o primeiro parque de energia eólica (produzida através do vento) no Tômbwa, Namibe, com capacidade para 100 megawatts o que pode criar 50 a 100 geradores individuais, dependendo do tamanho das turbinas, revelou um especialista alemão da Associação Global de Transição Energética, Energiewende, durante um encontro de troca de experiências entre diplomatas, de Angola e de outros países, sobre energias renováveis, na Alemanha, em Abril deste ano.

O projecto, que é estimado em mais de 17 mil milhões kwanzas, possui cinco torres espalhadas por toda a província, uma no Namibe, duas no Tômbwa e igual número na Ilha de Tigres para dados de colheita sobre temperatura, vento e humidade relativa. Projectos semelhantes serão erguidos no Cunene e na Huíla.

Dados preliminares indicam que o Tômbwa regista ventos de 5,2 metros por segundo, o que motivou a sua escolha para esta primeira fase de um projecto mais amplo de produção de energia eólica.

PROMOVIDO PELO CENTRO TECNOLÓGICO NACIONAL

Energias renováveis em debate

RECURSOS NATURAIS. O Centro Tecnológico Nacional tem promovido discussões sobre tecnololigas, ciências e energias renováveis. O próximo debate está marcado para sexta-feira. Em cima da mesa, vão estar as energias alternativas.



O Centro Tecnológico Nacional (CTN) realiza, na próxima sexta-feira, uma palestra com o tema 'As energias renováveis no desenvolvimento das sociedades' cujo prelector é o director-geral do Centro de Formação de Quadros de Electricidade do Ministério da Energia e Águas, Armindo da Conceição Mussungu.

O encontro, no âmbito do programa mensal do CTN denominado 'Café com ciência e tecnologia', visa debater temas no domínio de ciência e tecnologia. Esta edição, reservada às energias renováveis, conta com a moderação de Agostinho Panzo, técnico do CTN, e está marcada para as 9 horas no auditório do CTN.

A energia renovável é que vem de recursos naturais renováveis (porque existem recursos em quantidade limitada) que são naturalmente reabastecidos, como

INVESTIGAÇÃO

Comité de ética na forja

O director-geral do Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC), Armando Valente, defende a criação de um comité de ética para acompanhar os avanços científicos registados "em prol do desenvolvimento do país".

Para o dirigente, que preleccionava numa palestra sobre ética e bioética, esse comité poderia servir "para moralizar e salvaguardar" os direitos dos inventores e investigadores nas actividades

ligadas à ciência e à tecnologia.

Armando Valente justifica a existência do comité por haver uma "enorme quantidade de pessoas", que se dedica à investigação científica e um "grande volume de publicações", daí a necessidade deste comité "para se evitarem casos de violação das normas éticas da comunidade científica"

O possível comité visa "desencorajar a prática de fraudes a que investigadores e académicos recorrem e que,

infelizmente, passam despercebidas", alerta, acrescentando ser necessário que os investigadores nacionais tenham uma maior atenção na criação das suas obras "porque muitas destas desrespeitam a ética da ciência".

O responsável alertou, por outro lado, que o plágio e a fraude "podem ferir o mérito e a propriedade intelectual, podendo parar o processo de criação científica e consequentemente o desenvolvimento da ciência".



Armando Valente, director-geral do CNIC

Marcas & Estilos

Originalíssima

Impressionantemente rara, sobretudo neste tamanho (28 centímetros) e com o exterior completamente dourado, carrega um conjunto completo com chaves, colchetes, alça de ombro, um sofá cama com protector chuva, fita e uma caixa original, próprias das peças Hermes Kelly.

Grandezas do lar

A Nervi é uma mesa de alta qualidade feita inteiramente de vidro desenhado por Giulio Mancini para o projecto Tonelli. É uma mesa que impressiona pelo ar de grandeza. É uma peça ideal e única, unida com um método de colagem especial.

Elegância

Itália surpreende-nos a cada minuto que transcorre a criatividade. A prova acabada é o casaco de lã de manga comprida, com colarinho preto entalhado na lapela. A postura de quem o usa jamais será a mesma.

Saltos poderosos

Melhores do que estas? É indubitável que só as encontra aqui. Estreia-se em relevo de pelica de ovelha, com tons de cinza e preto, couro laranja isqueiro em forma de calcanhar que só os italianos sabem fazer. A sola seca transmite-lhe o som do poder.

Pulsos valiosos

Ele condu-lo. Torna-lhe tudo possível, mais perto e mais acessível. Dá-lhe a visão global do espaço, do contexto e narra-lhe – o mais importante – o recurso mais precioso: o tempo. Com este cronógrafo, o seu pulso tem a eternidade para lhe retribuir.

Passeios saudáveis

Para desfrutar das manhãs quentes e tropicais que já nos acompanham, não tem forma mais divertida que não seja com esta maravilhosa bicicleta ultra-leve e que funciona completamente com electricidade. Poder dobrá-la num tamanho compacto torna-a ainda fácil de transportar. A sua saúde agradece.

RESTAURANTE

Miami, em Luanda

Quase a cair o pano do cacimbo, começa-se a pensar nas noites quentes (a rezar para que não chova). As boas alternativas para jantar são ao pé da praia. É um 'cliché', já se sabe, mas, ainda assim, são as melhores opções. E, na primeira fila delas, está a ilha de Luanda que oferece muitas alternativas. Apesar da crise, nos últimos tempos, têm surgido novos espaços, entre bares e restaurantes. Não é o caso do 'velho' Miami Beach que alegria a ilha há uns anos. Continua a ser uma opção agradável para quem aprecia comer com o barulho do mar, quase encostado às mesas. Todos os dias, há um prato diferente, mas o Miami Beach oferece bons aperitivos e, claro, a música nos finais de semana. Tem espaços encostados à areia da praia e também no interior. Mas tem um senão: a carta que apresenta nem sempre tem tudo. É a crise, diz-se.



AUTOMÓVEL

A escalar sonhos

Já sonhou ter um carro verdadeiramente de luxo? Se sim, deve ter pensado num Cadillac Escalade. "Sofisticado em qualquer parte que deita o olhar", resume a página da marca que explica, tim por tim, o modelo de 2016. Para começar, tem sete lugares, mas com os dois últimos que se podem rebater. O espaço já é generoso e, para se ter uma ideia da dimensão, basta dizer que cabe ali um violoncelo deitado. O resto só se vê praticamente em filmes e

é um dos automóveis usados pela administração norte-americana. O luxo 'resume-se' nas cadeiras em pele, tecto de abrir panorâmico, portas largas, guarda-luvas de várias dimensões, alta tecnologia em som e imagem e mais com a internet, rádio com écran digital, reforço das barras laterais para dar mais segurança. Tem versões a gasolina e a diesel. E o preço, na Europa, ronda os 70 mil dólares na versão mais barata.



“O problema é que, em Angola, não existe ainda uma lei e orçamentos capazes para apoiar produções internas que possam competir nos mercados internacionais com excepção de alguns realizadores.”

JORGE ANTÓNIO, CINEASTA E PRODUTOR

“Não é nada fácil filmar em Angola”

ARTES CÉNICAS. Com mais de 15 filmes realizados, Jorge António revela “não ser fácil filmar em Angola”, pela “falta de estruturas profissionais e competentes”. A crise agravou as dificuldades. Apesar disso, prepara-se para estrear a ‘A Ilha dos Cães’, mas o realizador continua a defender que o Estado tem obrigação de apoiar o cinema.

Por Lúcia de Almeida

Como vê uma possível projecção internacional do cinema em Angola?

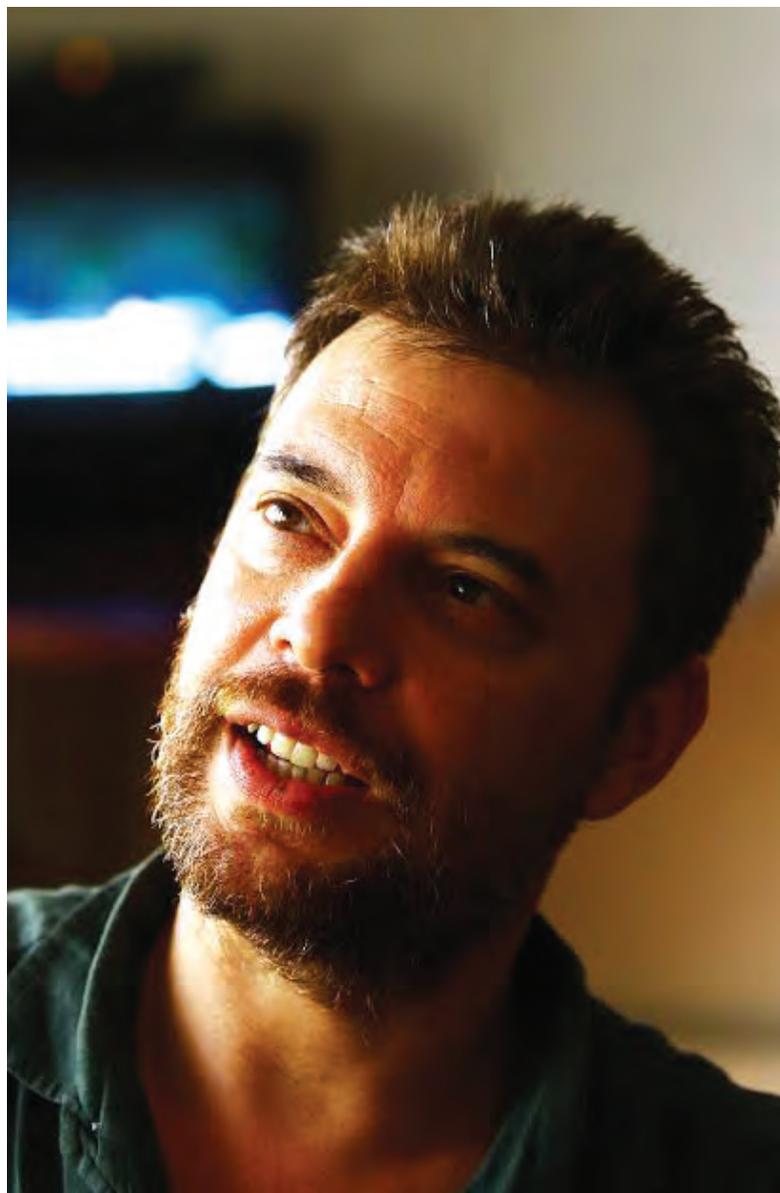
Desde que fiz o ‘Miradouro da Lua’ em 1992 (1.ª co-produção luso-angolana) acompanhei sempre o cinema angolano. O problema é que, em Angola, não existe ainda uma lei e orçamentos capazes para apoiar produções internas que possam competir nos mercados internacionais com excepção de alguns realizadores. Mas mesmo esses realizadores conseguiram-no com produtores e financiamentos internacionais. Essa é, neste momento, a única alternativa, porque, a nível local, os orçamentos para o cinema e audiovisual são tão baixos que não permitem que os filmes tenham uma qualidade técnica e artística que permitam dar esse salto.

Justifica-se haver uma escola de cinema em Angola?

Sim, justifica-se sempre desde que existam políticas para o desenvolvimento da educação e das artes.

Fazer cinema é caro. O que deve ser feito para não estar dependente de patrocínios?

Não estar dependente de patrocínios é estar englobado numa estratégia de financiamentos estatais e de uma política cultural. O cinema em Angola, como na maior parte dos países, depende dos orçamentos de Estado. Mas, em Angola, ainda se depende de outros factores como a educação, em geral, a formação específica e técnico-profissional, as escolas de arte e de uma política e estratégia para o cinema e audiovisual.



Sembene Ousmane, o pai do cinema africano, disse que “Um país sem cinema é um país sem história”. Concorda?

Sim, claro. E disse-o num contexto específico da cultura e políticas africanas. São as imagens e as histórias que irão perdurar. As artes, em geral,

o cinema e a educação são a base intelectual das sociedades.

É fácil filmar em Angola?

Não, pelo contrário. A falta de estruturas profissionais e competentes, aliada às dificuldades logísticas e aos preços elevados

no aluguer de equipamentos (até a alimentação e dormidas, para quem vem de fora, por exemplo), podem levar a deslocação de equipas e meios para outros locais mais económicos.

Como é que a crise económica afectou o seu trabalho?

Nesta última produção, ‘A Ilha dos Cães’, por exemplo, Angola, que deveria ser um dos parceiros e em cujo território se iria realizar cerca de metade da rodagem, nada disso aconteceu, quase que o projecto foi inviabilizado. Tivemos de alterar toda a produção. Sempre que há crises económicas, a cultura é sempre a primeira a ser afectada. E o cinema, como uma arte bastante cara, ressent-se bastante.

A ‘Ilha dos cães’ é uma adaptação do romance ‘Os Senhores do Areal’ de Henrique Abranches. Porquê esse título?

Porque, com o desenrolar do trabalho de adaptação e de escrita de guião, nos pareceu mais actual e mais próximo com o que estávamos a escrever. Acontece, muitas vezes, nas adaptações surgirem novos caminhos que levam a títulos mais adequados.

Que custos teve com este filme?

O filme teve o apoio do ICA e da RTP, em Portugal, e do governo de S. Tomé e Príncipe, num orçamento aproximado de cerca de 700 mil dólares. Foi menos do que o custo médio de uma longa-metragem em Portugal (mais de um milhão de dólares) ou de uma longa-metragem na Europa (entre os seis e os sete milhões de dólares).

Onde foram feitas as filmagens?

As filmagens decorreram em Portugal, nos estúdios Cinemate em Lisboa, em S. Tomé e Príncipe e em Luanda e do Namibe.

A equipa é toda angolana?

A equipa tem elementos de várias nacionalidades e alguns actores angolanos, entre eles, Miguel Hurst, Ciomara Morais, Daniel Martinho,

PERFIL

Jorge António nasceu em Lisboa a 8 de Junho de 1966. Especializou-se na área de produção na Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa em 1988. Desde então, está ligado ao cinema e audiovisuais. Em 1991, inicia-se na realização de cinema com a curta-metragem ‘O Funeral’. Em 1993, realiza a longa-metragem e 1.ª co-produção luso-angolana, ‘O Miradouro da Lua’. Entre 2007 e 2009 foi consultor para os assuntos internacionais do Instituto Angolano de Cinema, Audiovisual e Multimédia e membro da Comissão Organizadora do 1.º Festival Internacional de Cinema de Luanda. Desde 1995 é produtor executivo da Companhia de Dança Contemporânea de Angola.

700

mil dólares é o orçamento aproximado do filme que teve o apoio de Portugal e de São Tomé e Príncipe.

Não estar dependente de patrocínios é estar englobado numa estratégia de financiamentos estatais e de uma política cultural.

Miguel Sermão, Matamba Joaquim, Giovanni Lourenço etc.

Quando vai estrear em Angola?

O filme tem estreia prevista em Portugal, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique para meados de Setembro.

NÚMEROS DA SEMANA

153,6

Milhões de dólares é o valor que o Estado vai pagar à Boeing para a entrega do terceiro avião 777-300 ER, encomendado pela TAAG.

60

Milhões de dólares foi apenas o que Angola pagou ao Banco Central da Namíbia, da dívida de 390 milhões de dólares, no âmbito do acordo de conversão monetária.

2

Mil é o número aproximado de pessoas que o projecto de apoio à pesca artesanal e continental do Ministério das Pescas vai apoiar este ano, no Kwanza-Norte.

49

Mil dólares é o valor de notas falsas que a Polícia apreendeu, na Huíla, na semana passada, e que resultou na detenção de três pessoas.

ALERTA ESTUDO DA MOODY'S

Angola com 'problemas de liquidez'



Os países da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), incluindo Angola e Guiné Equatorial, deverão sofrer problemas de liquidez devido às dificuldades de financiamento do défice orçamental, motivado pelos baixos preços do petróleo, indica um relatório da agência de notação financeira Moody's, divulgado na sexta-feira (2).

O estudo realça que as 'pressões de liquidez relacionadas com o petróleo vão enfraquecer ainda mais o perfil de créditos dos países da CEEAC', reforçando que os países

desta comunidade "deverão enfrentar crescentes pressões de liquidez, à medida que lutam para financiar os grandes défices orçamentais, e com menos opções de financiamento".

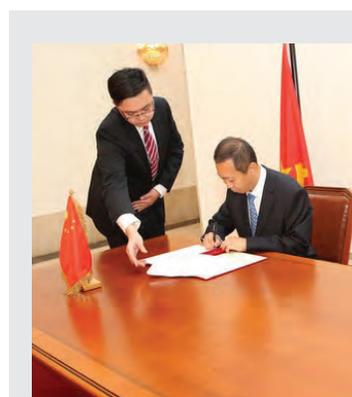
O documento não é uma acção de 'rating', mas antes uma opinião sobre um determinado sector, região ou área, e aborda o impacto da desceda dos preços do petróleo nas economias desta comunidade económica e as suas implicações nas finanças públicas para criar grandes requisitos de financiamento.

"Os governos da CEEAC recor-

reram extensivamente ao financiamento dos bancos centrais, reservas orçamentais e os mercados regionais internacionais para financiar os seus défices desde 2014", lê-se no relatório, que acrescenta ainda que "a determinação dos esforços nos próximos meses vai determinar as trajetórias de crédito".

A Moody's antevê que os governos dêem prioridade ao serviço da dívida face aos desafios de financiamento, mas "se encontrarem dificuldades para cobrir os requisitos de financiamento, espera-se que haja atrasos nos pagamentos, principalmente nos fornecedores de produtos e serviços" para as empresas públicas.

Em Agosto, o Governo angolano mudou as previsões oficiais para o crescimento do PIB este ano, antecipando agora uma expansão económica de apenas 1,1% este ano, quando antes o valor apontava para 3,3%, e um aumento da expectativa para a inflação, que passa de 11% para 38,5%.



China financia centro agrícola

A secretária de Estado das Relações Exterior para a Cooperação, Ângela Bragança, informou que a China vai financiar a construção de um centro de investigação agrícola e um outro de formação profissional. A governante fez este anúncio após ter assinado, com o embaixador da China em Angola, Cui Aimin, um protocolo de cooperação de envio para Angola, da quarta equipa médica chinesa.

Ângela Bragança mencionou ainda o facto de as autoridades chinesas estarem envolvidas no apetrechamento em equipamentos e medicamentos, bem como na formação do pessoal do Hospital Geral de Luanda, que foi construído com financiamento da China. O diplomata chinês afirmou, por seu turno, que o envio da quarta equipa médica "é uma oferta da China" e anunciou que o seu país vai efectuar uma segunda doação de equipamento médico a Angola, no valor de 6,5 milhões de yuans, o equivalente a 970 mil dólares.

BNA AUTORIZA MAIS UM 'PLAYER'

Banco Postal abre no final do ano

Uma nova instituição bancária, denominado Banco Postal, foi formalmente constituída quinta-feira (1), em Luanda, confirmando, assim, as informações avançadas pelo VE, na sua edição número 22, que apontava o respectivo banco como sendo um - ao lado do Banco da China Limitada - dos que aguardava autorização por parte do BNA.

A nova instituição bancária tem o capital social composto por entidades empresariais nacionais públicas e privadas, onde se destacam a Empresa Nacional de Correios



e Telégrafos de Angola, a ENSA - Participações e Investimentos, a EGM Capital e a C8 Capital.

O banco prevê iniciar a actividade durante o último trimestre

do corrente ano, através de uma das suas três unidades de negócio, isto é, aquela que pretende servir o segmento de mercado que mais impacto sentirá e beneficiará com a oferta inovadora da instituição.

Até Dezembro de 2014, o sistema bancário angolano comportava 23 bancos com actividades iniciadas e seis na lista de instituições "sem actividade iniciada", designadamente os bancos de Investimento Rural (BIR), o Pungo Andongo (BPAN), Prestígio (BPR), o Yetu, o Ecobank (ECO) e o Crédito do Sul.

O VALOR ESTA SEMANA

FINIBANCO

Angolanos 'intactos'

Entrada de novos accionistas no capital do Finibanco, de capitais mistos, poderá não afectar posições de cinco accionistas angolanos da instituição. Mário Palhares e Carlos Feijó, com maiores posições individuais, podem reduzir participação, antevêm especialistas. **pág. 14**



INSPECÇÃO AUTOMÓVEL

Oficina inoperante

Centro de Oficina e Armazém Central de Peças de Viana e Centro de Inspecção Automóvel está há três meses inoperante e a remover das suas instalações viaturas por causa de um processo de reestruturação que tem como principal foco a mudança da gestão. Oficina custou cerca de quatro milhões de dólares ao Estado. **pág. 8**

COMÉRCIO

Descontrolo nos preços

Ministério do Comércio reconheceu haver dificuldades na regulação de preços, justificando que se verifica uma falha em alguns produtos que têm registado um comportamento praticamente descontrolado. Pelouro liderado por Fiel Constantino quer mais intervenção da autoridade fiscal para pôr cobro a práticas de especulação. **pág. 10**